

32ª Edição

PRÊMIO RODRIGO

Melo Franco de Andrade

POVOS FORMADORES
DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DO SUL
DO BRASIL



Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PRÊMIO RODRIGO

32ª Edição

Melo Franco de Andrade
Homenagem aos povos formadores do
Patrimônio Cultural do Sul do Brasil

Brasília
Iphan
2019

CRÉDITOS

Presidente da República

Jair Bolsonaro

Ministro da Cidadania

Osmar Terra

Presidente do Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional

Kátia Bogéa

Diretores do Iphan

Andrey Rosenthal Schlee

Hermano Queiroz

Marcelo Brito

Marcos José Silva Rêgo

Robson Antônio de Almeida

Departamento de Cooperação e Fomento

Marcelo Brito

Coordenação Geral de Cooperação Nacional

Sérgio Paz Magalhães

Divisão de Editoração e Publicações

André Vilaron

Assessoria de Comunicação da Presidência

do Iphan

Fernanda da Silva Pereira

Organização Geral do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade

Douglas Medeiros

Emanoela de Oliveira César

Fernanda Bittencourt Vieira

Neylane Santana

Paulo Peters

Sérgio Paz Magalhães

Equipe Técnica do Prêmio

Aline Karina Dias

Bruna da Silva Ferreira

Cíntia Lima Cordeiro

Cláudio Machado

Marcia Cristina Pacito Fonseca Almeida

Marília Amaral

Sônia Regina Rampim Florêncio

Produção da Cerimônia de Premiação

Luciana Vecchi Martins da Cunha

Jamesson Jackson de Faria Souza

Fernanda da Silva Pereira

Revista da 32ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade

Edição

Adélia Soares

Redação

Déborah Gouthier

Revisão

Adélia Soares

Carmen Lustosa

Mécia Menescal

Projeto Gráfico e Diagramação

Vítor Corrêa

Produção Gráfica

Divep

Créditos das fotografias

Pinte seu Patrimônio

Acervo Pinte seu Patrimônio

Rolé Carioca

Acervo Rolé Carioca

Thiago Diniz

Milonga, repensando critérios de tombamento de terreiros

Acervo Milonga

Arthur Seabra

Mina Du Veloso

Acervo Mina Du Veloso

Fenearte - Feira Nacional de Negócios do Artesanato

Acervo Fenearte

Feira de Trocas de Sementes e Mudas Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

Acervo Feira de Trocas de Sementes e Mudas Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

Instituto Socioambiental

Déborah Gouthier

Inventário Participativo dos Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense

Acervo Inventário Participativo dos Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense

Ana Carolina Dionísio

Carlos Pontalti

Tecendo Memórias, Contos e Cantos – Registro das histórias de tradição oral dos imigrantes italianos

Acervo Tecendo Memórias

Déborah Gouthier

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

www.iphan.gov.br

publicacoes@iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Aloísio Magalhães, IPHAN

159p

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil).

Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade : 32ª edição / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil) ; edição Adélia Soares ; redação Déborah Gouthier.

– Dados eletrônicos (1 arquivo PDF : 17,4 megabytes). – Brasília-DF : IPHAN, 2019.

85 p. ; 23 x 25 cm.

ISBN: 978-85-7334-375-5

Modo de acesso:

[<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Revista_PRMFA2019.pdf>](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Revista_PRMFA2019.pdf).

(12 de dezembro de 2019).

1. Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – Brasil. 2. Patrimônio Cultural – Brasil. 3. Política cultural – Brasil. I. Soares, Adélia. II. Gouthier, Déborah.

CDD 363.690981

SUMÁRIO

O Sul presente na festa do Patrimônio Cultural Brasileiro Osmar Terra	
Uma reverência ao Brasil Kátia Bogéa	
Patrimônio Cultural do Sul e o turismo que gera desenvolvimento	
Querido Doutor Rodrigo	
Pinte seu Patrimônio Todas as cores de Olinda	21
Rolé Carioca Um outro olhar sobre a cidade	29
Milonga, repensando critérios de tombamento de terreiros Milonga é mistura	37
Mina du Veloso Os tesouros que a história não contou	45
Fenearte - Feira Nacional de Negócios do Artesanato As mãos que fazem sonhos	55
Feira de Trocas de Sementes e Mudas Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira Uma feira para plantar a vida	63
Inventário Participativo dos Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense Da terra à mesa	71
Tecendo Memórias, Contos e Cantos – Registro das histórias de tradição oral dos imigrantes italianos Memórias tecidas no verbo	79
Comissão Nacional: uma missão cumprida	86



Foto: Pedro Mascaro.

EXPOSIÇÃO
DE LONGA DURAÇÃO



7 POVOS

RETRATOS DE UM TERRITÓRIO

**Uma viagem pelos
7 Povos das Missões,
patrimônio de todos**

a partir de
11
NOVEMBRO
DE 2019

**Ruínas da Igreja de
São Miguel das Missões**
São Miguel
das Missões (RS)

segunda
de 13h30 às 18h

terça a domingo
de 9h às 12h e 13h30 às 18h

informações: (55) 3381.1399

Apóio



Realização



Representação
no Brasil



IPHAN

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES



VALORIZAR O NOSSO PATRIMÔNIO É VALORIZAR A NOSSA GENTE, A NOSSA CULTURA E AS NOSSAS PAISAGENS.

Seja nas viagens a lazer, a trabalho ou de intercâmbio, o patrimônio cultural e natural do Brasil está sempre no registro e na memória de milhares de viajantes.

CONHEÇA ESSA E MUITAS OUTRAS RIQUEZAS COM A GENTE!

CVC
corp

CVC
Brasil
Viagens
Visual

Viagens

rexturadvance
simplifica a viagem

bibam group

experimento
Intercâmbio Cultural

Ola

GRUPO TREND
ESFERATUR
CONSOLIDAÇÃO

CENTROS DE CULTURA. Porque empreender também é gerar bem-estar social.

Valorizar as artes, a inclusão social e o conhecimento é uma das principais missões da ENGIE. Prova disso é a recente inauguração do Centro de Cultura de Minaçu, em Goiás. Agora, já são 6 centros de cultura patrocinados pela ENGIE: Minaçu (GO), Alto Bela Vista (SC), Capivari de Baixo (SC), Concórdia (SC), Entre Rios do Sul (RS) e Quedas do Iguaçu (PR).

Os centros contam com anfiteatro, museu, biblioteca, salas para oficinas de capacitação profissional e de inclusão digital e muito mais. É a ENGIE levando um horizonte muito melhor para milhares de pessoas.



Centro de Cultura de Minaçu - GO



LIVRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA STATE GRID CORPORATION OF CHINA: REGISTRO VIVO DO COMPROMISSO COM A CULTURA E COM A SOCIEDADE BRASILEIRA.

Um bom livro é aquele que traz bons conteúdos. E fica melhor ainda quando mostra que as histórias trazidas nele não são apenas um registro do passado, mas que têm continuidade. O livro de Responsabilidade Social da State Grid Corporation of China (SGCC) é assim. A obra registra que o nosso compromisso com o Brasil vai além da área energética. Tem tudo - e muito - a ver com o desenvolvimento social e cultural do país. Há quase uma década, por exemplo, estamos lado a lado à Orquestra Maré do Amanhã. Em 2008 eram

30 crianças, adolescentes e jovens atendidos. Agora passam de 3 mil. E o projeto Cais Valongo? Estamos ajudando na recuperação desse importante sítio histórico que recebeu da Unesco o título de Patrimônio Cultural. Estamos fazendo mais do que investimentos em infraestrutura para valorizar esse lugar que testemunhou a chegada de africanos escravizados às Américas, com câmeras, sinalização e iluminação. Vamos apoiar ações de Educação para que essa história chegue às escolas e à comunidade em geral. Esse é o conteúdo que o livro de Responsabilidade Social da SGCC traz: mostra que fizemos e que continuamos fazendo, mostra que somos parte do Brasil. E que, além de trabalhar com o país, somos um parceiro que valoriza a cultura e as pessoas.



Baixe o livro na aba 'Responsabilidade Social'
em nosso site: www.stategrid.com.br



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司
Transmitindo boa energia.

O Sul presente na festa do Patrimônio Cultural Brasileiro

Vencedores da 32ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, os projetos que trazem a marca do cuidado por nossa identidade orgulham o Brasil. Cultivados pelo tempo da maturidade em um ambiente que preza o coletivo, os projetos já prestigiados pelas comunidades onde atuam recebem, agora, o reconhecimento do Estado. Essas ações, muitas vezes cotidianas, vão de pouquinho a pouquinho fazendo uma enormidade: protegendo, promovendo e valorizando o Patrimônio Cultural Brasileiro. Nesse sentido, os projetos também devem se orgulhar – e muito – da premiação entregue pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), autarquia vinculada ao Ministério da Cidadania.



As iniciativas premiadas refletem, em seu conjunto, a riqueza dos bens culturais brasileiros. A partir do Prêmio Rodrigo, colorimos antigas construções com a tradicional pintura a cal e fomentamos a cadeia produtiva do artesanato em Pernambuco; repensamos critérios de tombamento de terreiros na Bahia; conhecemos a história da mineração de ouro em Minas Gerais; saímos para passear pelo Rio de Janeiro; colaboramos para o intercâmbio do conhecimento sobre plantas, alimentos e manejo das roças tradicionais quilombolas em São Paulo; valorizamos a cultura associada aos seculares engenhos de farinha de Santa Catarina; e registramos as histórias da tradição oral dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul.

Ao desembarcarmos no Sul do país, apontamos para o caráter temático-itinerante da premiação, que este ano homenageia o Patrimônio Cultural do Sul. A temática da premiação se alinha à política pública conduzida pelo Instituto ao longo de 2019, ano previamente escolhido para promover o patrimônio da região Sul – apontada pelo Iphan como um “inventário plural de bens culturais”. Ao mesmo tempo, o governo federal promove a campanha Patrimônio Cultural do Sul: Turismo Cultural como ativo para o desenvolvimento das cidades históricas. Nesse sentido, despertamos no cidadão o desejo de explorar o potencial turístico do conjunto de bens e manifestações culturais protegidos e, inevitavelmente, a responsabilidade de preservá-los.

Defendo que os mais de 28 milhões de habitantes dos três estados da região Sul do país estão prontos para atuar na valorização de nossos bens culturais. O Iphan já protege formalmente 13 cidades históricas nesta porção do Brasil. São mais de 150 bens tombados individualmente e mais de seis mil sítios arqueológicos cadastrados, sendo que apenas o Rio Grande do Sul

concentra quase 3,7 mil deles – trata-se do estado com o maior número de sítios cadastrados em todo o país. A preocupação do Ministério da Cidadania em manter esses bens preservados pode ser medida também pelas ações de investimentos, que já somam um valor de mais de R\$ 60 milhões em 36 ações. Indo além da materialidade, ainda podemos destacar alguns bens culturais sulistas registrados como Patrimônio Cultural do Brasil: o Fandango Caiçara (PR), a Procissão do Senhor dos Passos (SC) e as Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (RS). Por fim, são bens materiais e imateriais que, integrados, tornam-se imprescindíveis para a compreensão de nossa identidade.

A identidade do Prêmio Rodrigo de que viemos falar, por exemplo, espelha os ideais da figura histórica que o nomeia: Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969). Justo, plural, apaixonado. Há 50 anos, nos despedimos fisicamente de Rodrigo. Se foi o advogado, jornalista e escritor mineiro, mas permanece o homem-monumento – apropriando-me de uma simbólica expressão já defendida academicamente*. Há mais de 30 anos, a premiação do Iphan reconhece e parabeniza iniciativas de valorização da cultura brasileira presentes em todo o território nacional, estimulando a longa vida dessas ações. E o faz com a renovação e vitalidade que Rodrigo esperaria. Capaz, ele deve estar todo orgulhoso.

* Tese de doutorado “O Homem e o Monumento: criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade”, de Letícia Brandt Bauer (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015)

Osmar Terra
Ministro da Cidadania

Uma reverência ao Brasil

Uma premiação realizada há 32 anos não é pouca coisa. É digna de muito respeito, não apenas por sua longevidade, ou porque é a mais importante premiação nacional do campo da preservação do Patrimônio Cultural. Esse respeito vem, principalmente, por ser esse um espaço que se dedica à valorização de todos os brasileiros que entregam seus saberes e fazeres à preservação e à salvaguarda da nossa memória, da nossa história, da nossa identidade.

É assim que o **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** vem trazendo, por mais de três décadas, o que de genuíno se faz no Brasil pelo nosso Patrimônio Cultural. Homenageando o fundador do próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que com mais de 80 anos segue cumprindo sua missão de promover e coordenar o processo de preservação do

Patrimônio Cultural Brasileiro, a premiação ressalta ações que nos motivam a enfrentar os grandes desafios diários nesta nossa tarefa, mas que, efetivamente, nos ajudam a nos orgulhar do passado desta instituição que tanto luta para consolidar no presente, as bases e estratégias que garantirão um futuro ainda mais comprometido com o povo brasileiro e com a sua surpreendente e diversa produção cultural.

Em sua 32ª Edição, o **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** homenageia os povos formadores do Patrimônio Cultural do Sul do Brasil. Busca, portanto, lançar um olhar carinhoso e inclusivo para as gentes e os bens culturais dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao longo dos últimos três anos tenho percorrido o Brasil e constatado, *in loco*, a riqueza do nosso Patrimônio Cultural. Assim, este ano, o que evidenciamos são as



características dessa região. Destaco, por exemplo, os povos Guarani – cujos ancestrais habitaram as terras da região Sul há 2,5 mil anos – e que criaram, em 1990, a Aldeia *Tekoa Koenju*, que significa Alvorecer em sua língua nativa. Uma aldeia da Alvorada ao lado dos remanescentes preservados da antiga missão jesuítica de São Miguel Arcanjo – a primeira grande obra realizada pelo Iphan, ainda em 1937.

Falo, também, dos homens e mulheres que mantêm vivas as diferentes manifestações culturais dos estados da região Sul, como o fandango caiçara; a Tava, lugar de referência para o Povo Guarani; as tradições doceiras da região de Pelotas e antiga Pelotas; a procissão do Senhor dos Passos de Santa Catarina; e também a roda de capoeira e o ofício dos mestres de capoeira. Por isso costumo afirmar que o Patrimônio Cultural é que nos une!

Como vem ocorrendo ano após ano, também em 2019, o **Prêmio Rodrigo** estampa, com maestria, a grande e rica diversidade cultural brasileira. Foram mais de 300 projetos inscritos que representam a pujança de um Patrimônio Cultural vivo, salvaguardado por aqueles que o assumem como referência cultural. Entre tantas ações de excelência, foram oito os grandes vencedores. São eles que, mais uma vez, ressaltam o quão importante é identificar e valorizar as características de cada região, de cada comunidade, de cada canto desse nosso país.

Os nossos premiados confirmam isso. Esta edição do **Prêmio Rodrigo** faz uma reverência ao Brasil. Neste ano, passamos por Pernambuco onde a Prefeitura de Olinda conseguiu reunir a preservação patrimonial com a ressocialização de reeducandos do Patronato Penitenciário. Também deste estado, com o empenho da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, conhecemos a força dos artesãos pernambucanos, reunidos na Fenearte.

A mesma força nascida da união marca os agricultores do Vale do Ribeira, em São Paulo, que conseguiram manter suas plantações promovendo a troca de sementes e de conhecimentos. Em Minas Gerais, foi esse conhecimento de técnicas centenárias que promoveu o resgate de caminhos subterrâneos em uma antiga mina de ouro. Outros caminhos, esses na cidade do Rio de Janeiro, levam ao conhecimento de ruas e histórias de vida que estão muito além dos cartões postais.

Já na Bahia, foi a *Milonga* - ou mistura, na tradição bantu – que construiu um importante dossiê sobre a identidade de um terreiro de candomblé, ressaltando o que lhes era fundamental para o tombamento. E, do Sul do país, histórias e costumes se mantêm vivos para as futuras gerações, seja no resgate das atividades realizadas nos antigos engenhos de farinha, em Santa Catarina, seja na tradicional contação de histórias, tanto em Português quanto em Talian, na pequena cidade de Antônio Prado, no Rio Grande do Sul.

Estes são os projetos vencedores da 32ª edição do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** que, como já dissemos, nos enchem de orgulho do nosso ofício, da nossa Instituição e desta premiação.

Kátia Bogéa
Presidente do Iphan



POVOS FORMADORES
DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DO SUL
DO BRASIL



PATRIMÔNIO CULTURAL DO SUL E O TURISMO QUE GERA DESENVOLVIMENTO

São apenas três estados, mas um imensurável conjunto de bens que representam a cultura do Sul do Brasil. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul refletem para todo o país e para o mundo a força da mistura e da diversidade criadas pelos povos que contribuíram para formar essa Nação, por meio da riqueza de suas edificações, de seus modos de fazer e de se expressar, dos jeitos de falar e comer, dos bens arqueológicos e de cada uma das belezas naturais. Foi pensando nisso que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) elencou a região como foco de seus trabalhos e discussões ao longo de todo o ano de 2019, ao lançar a campanha **Patrimônio Cultural do Sul: Turismo Cultural como ativo para o desenvolvimento das cidades históricas**, em fevereiro, na cidade de Porto Alegre (RS).

É nesse contexto que a 32ª Edição do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** homenageia os povos formadores do Patrimônio Cultural do Sul do Brasil. A proposta do Iphan, elencando diferentes regiões do país a cada ano como tema/foco prioritário de suas ações, é aproximar, valorizar e promover a riqueza cultural desses lugares que são responsáveis pela formação da identidade do povo brasileiro. Para somar, o Iphan reforçou a campanha com o discurso do turismo cultural, engajando a população a conhecer e se reconhecer nesses territórios do Sul por meio de um olhar curioso e cidadão.

Entre essas riquezas, estão belezas sem igual, como as Missões Jesuíticas Guaranis no Brasil, com as ruínas de São Miguel das Missões (RS), mas também as Reservas da Mata Atlântica, que se estendem pelo Paraná, ambas reconhecidas como Patrimônio Mundial pela Unesco. Estão também os 13 conjuntos urbanos tombados pelo Iphan, a exemplo de Antonina (PR), Paranaguá (PR) e Pelotas (RS). Essa tamanha diversidade está estampada nos sítios e bens arqueológicos protegidos, como a Ilha do Campeche, em Florianópolis (SC). Também está impressa nos inúmeros motivos para desvendar essas populações, de ricas manifestações culturais e celebrações, como o Fandango Caiçara (PR), a Procissão do Senhor dos Passos (SC) e as Tradições Doceiras de Pelotas (RS). Ainda dá tempo de conhecer o sotaque de quem fala o Mbya e o Talian, línguas reconhecidas como referências culturais do Brasil. São tantas cores e sabores, que até quem é só visitante vai ficando com vontade de ficar!

Assim, uma série de ações, campanhas e atividades foram realizadas durante o ano pelo Iphan. Ao retratar um pouco dessa pluralidade, a **Revista do Prêmio Rodrigo 2019** também traz essa representação, refletindo a contínua evolução das políticas de valorização e proteção dos bens culturais no país, entendendo o potencial turístico dos três estados do Sul a partir de suas referências culturais e, assim, desvendando uma nova forma de vivenciar o Brasil.

Querido Doutor Rodrigo,

Ouvimos dizer que o senhor era dado às correspondências. Que as escrevia com o mesmo esmero e dedicação fosse a quem fosse, do ministro a um grande amigo. Pois bem, essa então fica sendo a desculpa para tamanha ousadia! A verdade, no entanto, admitimos logo, é que fica difícil escrever algo novo, sobre alguém de quem já se disse tanto. Ainda há o que ser dito, claro. E para isso estão aí os poetas e pesquisadores todos, debruçados em documentos, papéis e fotografias lá, no Arquivo Central. Mas essa carta aqui tem uma pretensão outra e que exige menor formalidade.

Já se foram 82 anos da criação do Instituto, dá para acreditar? Quando o senhor, Mário de Andrade e toda aquela turma brilhante pensaram na criação de um órgão em defesa do patrimônio artístico nacional, ainda em 1936, imaginariam que ele iria tão longe? Costumamos pensar que sim. Afinal, não houve trégua para tarefa tão hercúlea e, para isso, “carece de ter muita coragem”, como já diria seu conterrâneo mineiro Guimarães Rosa.





Foram 30 anos que o senhor dedicou à instituição, dia após dia. De 1937, quando da fundação do “Patrimônio”, até 1967, quando veio a aposentadoria. É mais tempo do que muitos por aqui têm de idade! Trinta anos de repartição. De cuidados que se estendiam Brasil afora; que entendiam suas limitações, mas, mesmo assim, procuravam as brechas e caminhos por onde se esticar. Há recortes de jornal, textos seus, documentos diversos que mostram sua preocupação em impedir que nosso patrimônio caísse no arruinamento. E que dedicou sua vida a essa missão, abrindo mão de tanto em sua vida pessoal, mas também de uma carreira brilhante na Literatura e no Direito, mesmo sabendo que não é possível vencer todas as batalhas!

Por isso, viemos lhe contar que está inteira e vibrante a sua Ouro Preto querida. Ela sobrevive, assim como as Missões Jesuíticas, Salvador da Bahia, o Rio de Janeiro e tantos outros sítios. Mas agora, veja só, estão protegidos também terreiros, geoglifos, pontes, pinturas rupestres, fortes e trens. Inventamos jeito de cuidar até dos saberes e fazeres, das celebrações, das formas de expressão. Ah, e o seu querido Palácio Capanema está em obras! Muito em breve, assim como dezenas de outros bens em todo o país, há de ser completamente restaurado. Nossos braços, Doutor Rodrigo, estão cada vez mais estendidos, nossa ação mais ampla, é até difícil nomear! E o mundo todo vê valor numa porção de coisas nossas. Todas essas coisinhas que parecem miúdas se olhadas de longe, mas que são o que faz a gente ser mais feliz e mais brasileiro!

Nesse ano, caro amigo, seguimos adiante nessa missão herdada de ti. Ganhamos reforço, com novos colegas que chegaram em todos os cantos do país para trabalharmos juntos em prol desse presente tão valioso que é o Patrimônio Cultural - inclusive, hoje é assim que nós chamamos, pois o *cultural* inclui toda essa gama de bens, que vai tão além do *histórico* ou *artístico* que carregamos no nome. É bonito, no entanto, que eles permaneçam aqui, como uma assinatura, um lembrete para que a gente não se esqueça de tudo que nos ficou de legado. De ti, e dos outros tantos que vieram: Aloisio Magalhães, Luiz de Castro Faria, Heloísa Alberto Torres, Carlos Drummond de Andrade, Lígia Martins Costa, Renato Soeiro, Lúcio Costa, Fausto Alvim, Augusto Carlos da Silva Teles, Judith Martins, Luís Saia, Noronha Santos, Cecília Londres, Luiz Fernando de Almeida, Belmira Finageiv, Jurema Machado, Márcia Sant’Anna, Salma Saddi, Célia Corsino, entre tantos e tantos outros. Que honra, Doutor Rodrigo, que orgulho e responsabilidade imensa temos em continuar esse legado!

É por isso também que chegamos agora à 32^a edição da celebração que leva o seu nome, em mais essa assinatura tão especial. Em 2019, o **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** recebeu a inscrição de 323 projetos de todo o país e 99 trabalhos passaram para a última fase. Entre eles, apenas oito foram vencedores, conquistando R\$ 30 mil cada e, sobretudo, conquistando o reconhecimento da que é hoje a maior premiação de Patrimônio Cultural no Brasil - e o senhor bem sabe o quanto isso é fundamental na valorização dos diversos trabalhos que são realizados país afora!

Os projetos fizeram por merecer; são de uma beleza e diversidade encantadoras! Divididos em duas categorias, os vencedores passam por um roteiro de afetos e histórias pelo Rio de Janeiro; pela construção da narrativa de um terreiro na Bahia, que culminou em seu tombamento; pela reinserção social de ex-detentos, por meio do trabalho de pintura das fachadas das casas seculares de Olinda; pela história da mineração em Ouro Preto, agora ressignificada com a valorização do conhecimento dos africanos escravizados; pela grande feira de artesanato, que transforma vidas em Recife; por outra feira, agora no Vale do Ribeira, onde se trocam mudas, sementes e conhecimentos ancestrais quilombolas; pelos engenhos de farinha do litoral catarinense, reunidos em uma rica ação coletiva de inventariar; e, por fim, pela delicada tecelagem das histórias dos imigrantes italianos em Antônio Prado.

O **Prêmio Rodrigo 2019** é uma verdadeira viagem ao Brasil e ao que ele tem de mais bonito: as suas pessoas. São elas que produzem a matéria dos sonhos, que dão vida aos monumentos, que encantam as cidades. Mário de Andrade também ficaria orgulhoso, pois agora podemos todos também ser um pouco turistas, mas sempre aprendizes.

Esperamos que você goste e que, com isso, mate um pouco das saudades da repartição: esse Iphan que é tão seu, tão nosso, e de todos os brasileiros.

Com amor e todo nosso respeito,

Revista do Prêmio Rodrigo 2019.

VENCEDORES DA 32^A EDIÇÃO DO PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE

Pinte seu Patrimônio

Proponente: Prefeitura Municipal de Olinda

Estado: Pernambuco

A conservação do Patrimônio Cultural Material e o resgate da cidadania se reúnem nessa ação desenvolvida no Centro Histórico de Olinda, que executa a pintura da fachada de edificações, utilizando materiais, técnicas e cores tradicionais. Enquanto os proprietários dos imóveis adquirem o material necessário, a mão de obra é feita por um grupo de reeducandos do programa de Patronato Penitenciário de Pernambuco. Assim, o projeto desenvolve um forte trabalho de educação patrimonial, mas também a reinserção social dos reeducandos.

Rolé Carioca

Proponente: M'Baraká Projetos e Produções Culturais Ltda

Estado: Rio de Janeiro

Em trajetos produzidos para serem feitos a pé, o projeto apresenta roteiros de afeto pela Cidade Maravilhosa. Em grupos, os participantes conhecem não só os pontos turísticos do Rio de Janeiro, mas as histórias das pessoas, ruas e monumentos, em um processo de diálogo e observação. Ao longo de seis anos, foram mapeados mais de 400 pontos de interesse histórico, cultural e afetivo divididos entre diversos bairros cariocas, resultando em mais de 45 roteiros.

Milonga - repensando critérios de tombamento de terreiros

Proponente: Associação Beneficente de Proteção e Defesa do Terreiro Tumba Junsara (Abentumba)

Estado: Bahia

Foram mais de 20 anos de trabalho, concentrados entre 2016 e 2018 na execução de diversas frentes de ação para o reconhecimento e fortalecimento da identidade do Tumba Junsara, terreiro de Candomblé de nação Congo-Angola, localizado em Salvador. Dessa força tarefa, que reuniu os filhos da Casa, a comunidade acadêmica, instituições parceiras (como o Iphan), e a vizinhança do terreiro, formularam-se dois dossiês, a campanha Tomba Tumba e, por fim, os tombamentos em âmbito federal e estadual.

Mina Du Veloso

Proponente: Coletivo Du Veloso

Estado: Minas Gerais

O projeto realizou a recuperação de galeria subterrânea de uma antiga mina de ouro do século XVIII e a transformou em centro de referência turística e patrimonial sobre a história da mineração em Ouro Preto. A proposta traz uma nova narrativa histórica sobre a cidade, colocando a Serra do Veloso enquanto cenário e destacando o protagonismo dos africanos escravizados enquanto detentores do conhecimento e das soluções tecnológicas que permitiram o desenvolvimento da região.

MENÇÃO HONROSA

- Plano de Salvaguarda das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro (RJ): Museu do Samba
- Itukeovo Terênoe (MS): Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural (IPEDI)
- Tambor de Crioula Arte Nossa (MA): Associação Folclórica Tambor de Crioula Arte Nossa

Feira Nacional de Negócios do Artesanato (Fenearte)

Proponente: Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper)

Estado: Pernambuco

Cerca de 300 mil pessoas visitam anualmente esta que é a maior feira de artesanato da América Latina. O projeto, que em 2019 chegou a sua 20ª edição, reúne mais de cinco mil artesãos de todo Pernambuco, além de expositores de outros estados brasileiros e também do exterior. Além de proporcionar encontros e trocas, a ação também garante a comercialização das peças, funcionando como uma verdadeira vitrine da riqueza e diversidade dos trabalhos manuais ali presentes e contribuindo para a preservação das identidades locais.

Feira de Trocas de Sementes e Mudas Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

Proponente: Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira (Cooperquivale)

Estado: São Paulo

Criado em 2008, o projeto é resultado da mobilização das diversas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, como estratégia de salvaguarda dos modos tradicionais de fazer roça. Desde então, uma vez ao ano eles se reúnem para promover a troca de diferentes materiais genéticos e de diversos conhecimentos e, assim, garantir seus territórios, a soberania alimentar e a valorização da agrobiodiversidade.

Inventário Participativo dos Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense

Proponente: Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro)

Estado: Santa Catarina

Fruto de uma forte mobilização realizada por meio de oficinas de sensibilização e educação patrimonial, o projeto identificou e inventariou as tradições em torno dos engenhos de farinha distribuídos pelo litoral catarinense. Desse trabalho, foram mapeados 88 engenhos ativos, lançados livro e documentário sobre esses saberes e fazeres e, por fim, produzido o dossiê para o pedido do Registro dos Saberes e Práticas Tradicionais Associados aos Engenhos de Farinha de Santa Catarina como Patrimônio Cultural do Brasil.

Tecendo Memórias, Contos e Cantos – Registro das histórias de tradição oral dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul

Proponente: Neusa Maria Roveda Stimamiglio

Estados: Rio Grande do Sul

A ação deriva de pesquisa sobre as histórias de tradição oral dos descendentes de imigrantes italianos na cidade de Antônio Prado. A partir dos relatos, o projeto reúne em livro dez contos infantis, apresentados em Português e em Talian, e também ilustrados por meio de cores e bordados. O livro vem acompanhado por um projeto musical, envolvendo as histórias e costumes em uma verdadeira rede de memórias, que é reflexo de forte identidade cultural.

- Centro Cultural da UFRGS - restauração do antigo Instituto de Química (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Arqueologia nas escolas – Histórias da Amazônia (PA): Universidade Federal do Oeste do Pará



AÇÕES PREMIADAS

Pinte Seu Patrimônio | Segmento 1

Rolé Carioca - Pelas histórias do Rio | Segmento 2

Milonga – Repensando Critérios de Tombamento de Terreiros | Segmento 3

Mina du Veloso | Segmento 4

15





PINTE SEU PATRIMÔNIO

TODAS AS CORES DE OLINDA

“Grandes amantes e grandes cidades que se prezam deixam sempre enigmas e mistérios na História. Não raro a começar pelos seus nomes. “Olinda”, de aparência semântica tão transparente, guarda também o seu mistério, o seu lugar incomum no lugar comum da “noite do tempo”. (...) Enfim, Olinda, a cidade invadida pela cor, pelo traço. Litográfica e litorânea. Pelo verso e pela narrativa. Poética e ficcional.”

Olinda, em Bê-a-Bá de Pernambuco, de Mauro Mota



TODAS AS CORES DE OLINDA

Ao viajante que chega, pela primeira vez, a Olinda (PE), tudo se mostra um grande deslumbramento: o azul quase verde do mar, misturando-se ao céu cintilante; a vegetação tremulando de leve, vistas do Alto da Sé, saltitando de dentro dos quintais; as igrejas, de ponta a ponta, marcando o caminho das ruas estreitas; o sol escaldante brilhando pelas ladeiras; e há ainda, sempre, uma melodia de canção flutuando pelos ares, aguardando quem a cante, pronta para virar frevo ou maracatu.

Segunda cidade brasileira a ser reconhecida como Patrimônio Mundial pela Unesco, em 1982, e uma das mais antigas do país, Olinda tem seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico protegido pelo Iphan como Patrimônio Cultural Brasileiro. Nesse conjunto, estão exemplares excepcionais da arquitetura religiosa brasileira, como o Convento Franciscano, combinados com edifícios de diferentes estilos arquitetônicos, que se misturam cuidadosamente em um encontro singular. Por entre as ruas cheias de

história, os largos, as bicas públicas e os azulejos, o casario singelo se mostra em uma contrapartida imponente: os olhos se enchem de cores, vivas e alegres, como se as casas brincassem, também elas, esperando o próximo Carnaval.

As fachadas dessas edificações seculares são o cenário, o laboratório e a sala de aula do projeto **Pinte seu Patrimônio**, promovido pela Prefeitura de Olinda e um dos vencedores do **Prêmio Rodrigo 2019**. A ação reúne dois princípios básicos: a conservação do sítio histórico e o resgate da cidadania. Conduzido pela Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura, Turismo e Desenvolvimento desde o final de 2017, o projeto executa a pintura das fachadas, utilizando materiais, técnicas e cores tradicionais, em um trabalho de reversão e substituição de pinturas anteriores e que depende, sobretudo, do envolvimento da comunidade. Isso porque são os próprios moradores que adquirem o material para o trabalho, enquanto a mão de obra é de um grupo de reeducandos do programa de Patronato Penitenciário.



Ligado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, o programa de Patronato Penitenciário atende reeducandos egressos dos estabelecimentos prisionais do Estado. A iniciativa visa gerar oportunidades aos apenados, em troca de redução de pena e reinserção social aos detentos dos regimes aberto e semiaberto. Além disso, também diminui a reincidência criminal, por meio do oferecimento de cursos profissionalizantes e outros tipos de assistência para inclusão no mercado de trabalho.

A Prefeitura de Olinda é uma das instituições parceiras e, por meio de convênio regido pela Lei de Execuções Penais, vem buscando estruturar ações de inclusão, como o projeto **Pinte seu Patrimônio**, que já recebeu 16 reeducandos.

Até agora, o projeto já recebeu 29 pedidos de participação por parte dos moradores do Centro Histórico, que vão sendo atendidos por ordem de inscrição. Sete casas já foram concluídas, com a repintura completa de suas fachadas. Outras quatro estão em execução, sendo que uma delas está às vésperas de ser concluída. Quando começam os trabalhos em uma das casas, a próxima da fila já começa a ser também estudada, de forma que o projeto ganha continuidade e celeridade. No entanto, o tempo para a execução dos trabalhos é um tempo todo próprio dos projetos de restauro, pois exige um estudo meticoloso de elementos, que muitas vezes precisam de recuperação e recomposição, para além de uma simples pintura.

A equipe da Prefeitura que acompanha o **Pinte seu Patrimônio** é composta por oito pessoas, mas também conta com o apoio de outros profissionais, especialistas e mestres de ofícios específicos. Os únicos pré-requisitos aos moradores são de que estejam com o IPTU em dia e não tenham histórico de danos ao Patrimônio Cultural edificado. Já na seleção da mão de obra, o critério é por reeducandos que já tenham, anteriormente, alguma experiência na construção civil, preferencialmente com pintura. Assim, com as três equipes reunidas - Prefeitura, moradores e reeducandos - começam os trabalhos que envolvem identificação da fachada, simulação e escolha de cores; elaboração de mapa de danos na fachada da edificação; levantamento e tratamento do material necessário; decapagem; retoques de argamassa; pintura da fachada; limpeza; e, por fim, a entrega da obra.

Todo o processo conta com um grande segredo: a cal virgem. Por se tratarem de casas muito antigas, suas técnicas construtivas não contavam com processos de impermeabilização. Assim, há um constante fluxo de umidade que, quando pintada com material plástico - como as tintas comuns, acrílicas e PVA - , geram danos à edificação, como estufamento, desabamento da cobertura e o comprometimento do reboco. Por isso, a recomendação para melhorar a conservação desse Patrimônio Cultural edificado é de que os revestimentos permitam a evaporação da água que flui naturalmente pelas paredes, por meio da retomada da pintura tradicional à cal virgem. Esse material pode ser puro ou com pigmentos minerais, que se adaptam e permitem a criação de diversas cores, e são perfeitamente aplicáveis nos dias de hoje, garantindo vida longa a essas fachadas e a continuidade da beleza que colore as ruas de Olinda.



CONSCIENTIZAR

POR MEIO DA AÇÃO

“O diferencial do nosso projeto é que ele está baseado em três pilares: a técnica da preservação, investindo em manter as técnicas tradicionais; a parte da ressocialização dos reeducandos, que aprendem um ofício e que se reaproximam da comunidade; e também a educação patrimonial, tanto para os profissionais, quanto para os moradores. Então esses três pilares se unem em uma ação relativamente simples, de baixo custo e que gera resultados muito expressivos.”

Ana Cláudia Fonseca, secretária executiva da Prefeitura de Olinda

Amarelo-cajá, verde-ingá, marrom-tamarindo, azul-aurora, vermelho-areoira, marrom-cravo, vermelho-jambo, azul-meio dia, verde-caldo de cana ou até mesmo branco, branquinho feito nuvem, feito cal. Como uma aquarela que se demora pela cidade, o **Pinte seu Patrimônio** desenvolve, assim, a qualificação da mão de obra e diversas oportunidades de reinserção social para os trabalhadores envolvidos; gera a conscientização e o envolvimento dos moradores para a importância da conservação de suas casas, tão valiosos Patrimônio Cultural; e resulta em uma paisagem ainda mais inesquecível para quem passa e para quem fica. Basta olhar e ver as cores que se derramam sobre Olinda!



Para que tudo isso ocorra, tanto moradores quanto os reeducandos passaram por uma série de atividades educativas, que vão desde oficinas de pintura a cal, capacitação e orientações sobre as técnicas adequadas, até a construção coletiva da paleta de cores, aplicada na parede para que todos possam ver na prática como ficarão as suas casas. No processo, a equipe do **Pinte seu Patrimônio** também tem muitas surpresas. Ana Cláudia Fonseca é secretária executiva de Patrimônio na Prefeitura de Olinda e coordenadora-geral da ação. Segundo ela, a cada casa surge uma novidade e a cada novo serviço, um aprendizado. “A gente às vezes descobre que a casa é muito mais antiga do que a gente imaginava, identificando pela técnica construtiva utilizada, e por isso é tão importante o registro no diário de obra, porque vai levantando todas essas informações que vão servir de modelo para o próximo imóvel. Hoje a gente conseguiu ampliar a equipe de reeducandos e fazer duas casas ao mesmo tempo: quando uma está pintando, a outra está fazendo a decapagem. E enquanto isso, já estamos em contato com a próxima, para o morador ir se preparando, escolhendo material, cores, essas coisas”, explica.

Quem participou ativamente dessa descoberta sobre a idade de sua casa foi a arquiteta e moradora do Centro Histórico de Olinda, Nazaré Reis. Localizada na Rua Treze de Maio, seu imóvel foi o terceiro a passar pelo projeto. Durante as obras, no processo de retirada da pintura anterior, já bastante danificada, parte do reboco começou a cair, revelando uma estrutura bem mais antiga do que se tinha registro. Satisfeita com a iniciativa da Prefeitura, a moradora destaca diversos pontos positivos no projeto, como o incentivo ao uso da cal para a conservação dos imóveis e a criação de oportunidades de trabalho para as pessoas que estão saindo do sistema prisional. “Minha casa já tem mais de um ano de pintada. Passou por um inverno rigorosíssimo, chove, molha, o sol vem e seca, e ela está impecável! Tomara que esse projeto dure e seja a sementinha para a gente voltar a usar a tinta certa para o patrimônio edificado. Com esse incentivo da mão de obra, o morador só compra o material, que é muito barato. É uma coisa artesanal, durável e muito vantajosa. Isso é um caminho que tem volta, é um investimento público e todo mundo se beneficia”, celebra Nazaré.





Assim como ela, Alberlita da Silva pintou sua casa na Rua do Amparo e agora é uma das grandes propagadoras do **Pinte seu Patrimônio**. “Foi espetacular! Todo mundo pintava com as tintas plásticas, mas a gente não sabia que não era bom para as casas seculares, porque assim elas não conseguem respirar. Depois me deram uma aula antes de pintar a minha casa! Ficou mais bonito ainda e foi aquela euforia, eu comecei a falar para todo mundo que fizesse isso também. Quem eu encontro, eu falo para fazer, e quando eu precisar pintar a casa por dentro, refazer o rodapé, tudo, eu vou pintar à cal. Esse prêmio é merecidíssimo!” O resultado, segundo a moradora, foi tão bom, que seus vizinhos seguiram o modelo, e agora também estão inscritos no projeto. Além disso, alguns deles estão contratando os reeducandos por fora, em iniciativas próprias, para que suas casas também sejam pintadas com cal.



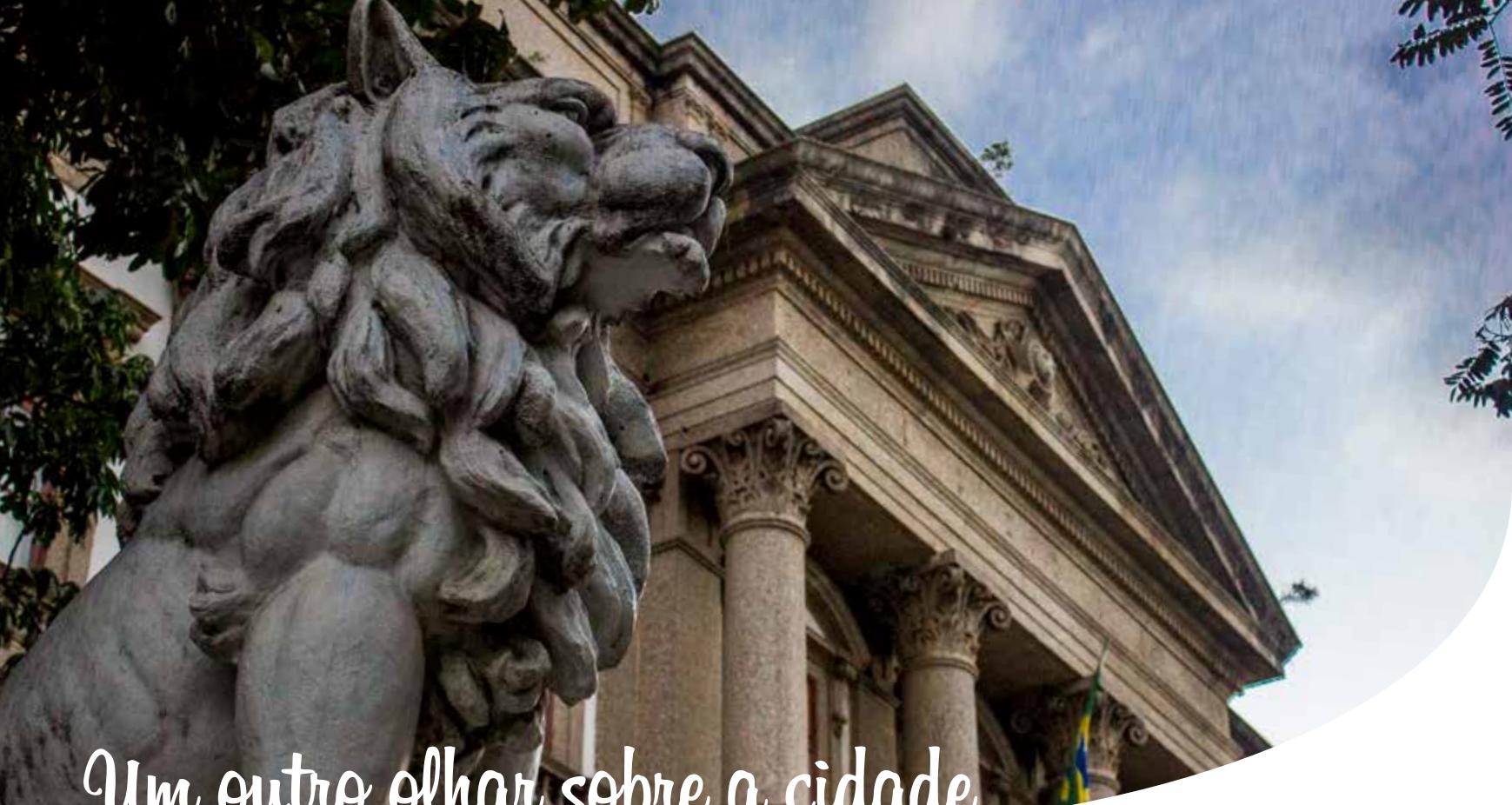
Rolé earuoca



Um outro olhar sobre a cidade

“De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.”

Conselho de Marco Polo a Kublai Khan, em *As Cidades Invisíveis*, de Italo Calvino



Um outro olhar sobre a cidade

O que é a cidade para além do que você vê? Para além das ruas, monumentos, árvores ou bancos de praça. Para além das esquinas, dos prédios, do burburinho das pessoas. Quais histórias ela conta? Quantas deixou de contar?

Ouvir, ver, experimentar. Essas foram as alternativas encontradas e construídas pelo projeto **Rolé Carioca**, conduzido desde 2013 pelo estúdio M'Baraká, na cidade do Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa. Casa de um imenso acervo de bens reconhecidos como Patrimônio Cultural nacional e localmente e cuja paisagem cultural urbana é também Patrimônio Mundial. Segunda maior metrópole do país, uma das maiores da América. O Rio dos poetas, dos sambas, do Carnaval. Dos livros de Machado de Assis e das novelas. Antiga capital do império, berço da bossa e do funk. Do pôr-do-sol do Arpoador ao Cristo Redentor, a cidade-sonho estende seus braços pela Lapa, nata da malandragem; por Copacabana, a princesinha do mar; pelos morros do Salgueiro e Mangueira; até a Cidade de Deus. E a Glória, Santa Tereza, Laranjeiras, Campo Grande. Na cidade-hino, o que ainda existe para ser contado? Quais são as histórias e esquinas que você nunca viu?

O **Rolé Carioca** te convida a andar e observar. Como um *flâneur*, nos termos do poeta francês Baudelaire, procurando um olhar sem a pressa do dia a dia e que está, sobretudo, aberto aos encantamentos da cidade. Assim, o que o projeto promove não são roteiros turísticos, mas de afeto. Em grupos, passam pelas ruas, mas também pelas histórias das gentes que vivem ali. E, nesse passear, o **Rolé** provoca o participante a construir a sua própria relação com o espaço urbano, compreendendo, para além de todos os clichês, por que o Rio pode ser (e é!) uma cidade maravilhosa.



Experiimentação e caminhada

Rem grupos de 350 pessoas, em média, o **Rolé Carioca** realiza anualmente cerca de oito roteiros diferentes. Com isso, ao longo dos seis anos de projeto, foram 45 roteiros ao todo, mapeando mais de 400 pontos de interesse histórico, cultural e, principalmente, afetivo. Nenhum deles se repete, pois mesmo os que já aconteceram mais de uma vez, voltam cheios de novidades, relatos e outros caminhos. Os grupos, formados por adultos, crianças e idosos, turistas ou cariocas, percorrem as ruas da cidade guiados por historiadores e outros profissionais. Mas esses não são guias capacitados apenas para repetir datas e nomes de rua. São preparados para ouvir, trocar, dialogar. Sabendo que podem vir a ser contestados, coletam informações e casos reais em cada esquina, porque o projeto, assim como a cidade, está em contínua construção.



Muito antes de colocar os pés na rua, o grupo de organizadores por trás dessa ação passa por meses de pesquisa, testes, visitas e aprendizados diversos. Alguns dos roteiros foram, inclusive, decididos por meio de votação com o público. Ponto a ponto, eles vão mapeando uma cidade por onde se pode andar. Isabel Seixas, diretora do M'Baraká, uma das idealizadoras do projeto, explica que o **Rolé Carioca** é diferente de um roteiro turístico porque não se trata de conhecer pontos turísticos, mas de contextualizar esses locais no espaço como um todo e na história da cidade, dos bairros e das pessoas que os vivenciam.

“A gente não acredita em uma história petrificada, que seja única. Claro que a gente vai dar valor à historiografia como ciência, através da análise de documentos e tudo mais. Existe uma história que é oficial, mas a gente entende que todas as narrativas de vivência são válidas. Não é um guia contando e um público simplesmente recebendo informação. Existe uma troca. Quando a gente fala de praticar a cidade, é um pouco disso mesmo: me conta as suas vivências disso aqui, como você viu isso acontecer? Isso vai moldando o outro lado da história, que é a história de quem efetivamente vive”, relata.

Além de serem pensados enquanto trajetos feitos a pé, outro diferencial do projeto é que os roteiros são espalhados pela cidade, democratizando o acesso e contemplando todas as regiões do Rio de Janeiro, entendendo os mais dispersos bairros como espaços de interesse. Assim, para além das praias de Ipanema e dos Arcos da Lapa, o projeto passou por locais como Andaraí, Bangu, Madureira, Catumbi, a Zona Portuária e a ilha de Paquetá. Visitou também, em rolês específicos, lugares como o Maracanã, o Jardim Botânico e o Museu Nacional, propondo um ponto de vista diferente sobre espaços já tradicionais. A resposta mais comum do público rolezeiro, segundo Isabel, é “poxa, nunca entrei aqui!”. E o espaço de descoberta e encantamento é igualmente relevante em quem já conhece esses locais de cor e salteado, pois o Rolé permite a quebra de barreiras invisíveis - como as distâncias e o medo - e proporciona autonomia para que as pessoas possam, progressivamente, participar e praticar mais a cidade. “Não existe um lugar que não tenha história para contar”, argumenta a idealizadora do projeto.



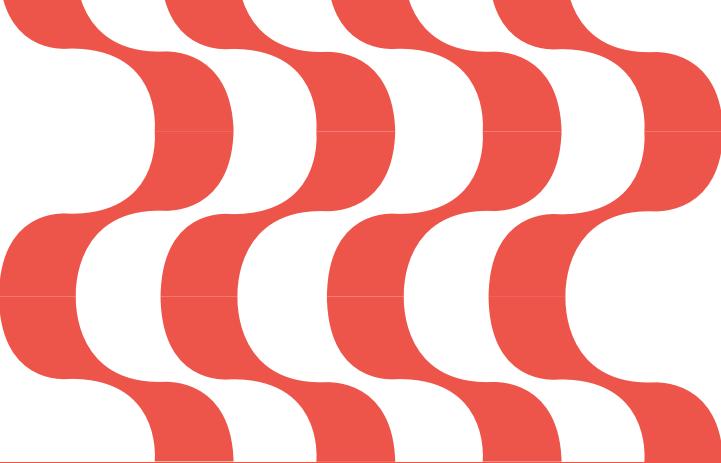
“...observador, flâneur, filósofo, chamem-no como quiserem, mas, para caracterizar esse artista, certamente seremos levados a agraciá-lo com um epíteto que não poderíamos aplicar ao pintor das coisas eternas, ou pelo menos mais duradouras, coisas heroicas ou religiosas. Às vezes ele é um poeta; mais frequentemente aproxima-se do romancista ou do moralista; é o pintor do circunstancial e de tudo o que este sugere de eterno.”

Sobre modernidade: o pintor da vida moderna, de Charles Baudelaire

Informação e história para contar

O **Rolé Carioca** surgiu de uma observação de que as pessoas passam pelos lugares da cidade sem saber o que eles são, muitas vezes preocupadas apenas em se deslocar de um ponto a outro. Por isso, a ideia era exercitar o olhar, o flanar, vagando pela cidade a fim de notar suas peculiaridades, características e qualidades. Ao longo dessa caminhada, os 30 profissionais envolvidos foram reunindo um longo repertório de informações e vivências e perceberam que só os passeios não conseguiriam contar tantas histórias. Foi assim que o M'Baraká adaptou seu trajeto para um verdadeiro sistema de comunicação de conteúdos culturais cariocas, construindo múltiplas plataformas de difusão da memória social, histórica e afetiva.

Com apoio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura desde o primeiro ano, o **Rolé Carioca** também atua hoje, por meio de um portal online e nas redes sociais, em projetos de educação, promoção de seminários e publicações impressas. Também lançam, ainda esse ano, um canal de vídeos que reúne um pouco das experiências dos passeios em um rico material audiovisual e um aplicativo, com informações sobre 150 pontos, disponíveis em português, inglês e espanhol e com toda uma base georreferenciada, que indica pontos de interesse cultural ao usuário, à medida em que se locomove pela cidade.



Uma ação prática de identificação, mobilização e educação patrimonial, que estimula a percepção de uma relação mútua entre indivíduos e a cidade, que se efetiva a partir do uso e de um olhar generoso para com o espaço urbano, suas deformidades e potenciais, seus personagens e arranhões. A prova disso está nas dezenas de retornos que o projeto coleta e coleciona ao longo desses anos em atividade e dos mais de 200 quilômetros percorridos. No Rolé da ilha de Paquetá, por exemplo, o público ficou em cerca de mil pessoas, gerando uma movimentação que só se compara a de celebrações já tradicionais como o Carnaval. Há ainda os rolezeiros de carteirinha, que participam de todos os passeios e, por isso, já ganharam até cartão fidelidade, com direito a prêmios. E existem, sobretudo, histórias de transformação e impacto direto na relação com a cidade e seu Patrimônio Cultural, como o caso dos rolezeiros que decidiram doar seu tempo e dedicação na recuperação do acervo bibliográfico do Templo da Humanidade - sede da primeira igreja positivista do mundo - após conhecerem o local no passeio do Rolé realizado pelo bairro da Glória.

O Prêmio Rodrigo 2019 premia, portanto, esse complexo de ações englobadas pelo projeto, reconhecendo sua relevância na divulgação e preservação do Patrimônio Cultural. O **Rolé Carioca** é uma atividade de lazer gratuita e que abre as portas da cidade do Rio de Janeiro para quem já está lá ou para quem é de fora. Descortina o que há para além dos cartões-postais, fomentando o uso do espaço urbano, partindo do princípio de que a cidade é uma das maiores camadas de identificação e coletividade entre os indivíduos. Afinal, são as cidades que constituem as pessoas ou o contrário? Para Isabel, elas se retroalimentam, em uma formação contínua, caótica e que pode ser, sim, visível e vivencável.





“É um projeto que te convida a se aprofundar mais sobre o Patrimônio Cultural existente na cidade; sobre as diferentes construções de tempo e camadas de história - como os guias costumam falar - que têm em uma cidade como o Rio, com mais de 450 anos. Essa foi a primeira coisa que o Rolé me trouxe: essa possibilidade de aprofundar meus conhecimentos com coisas que tantas vezes a gente passa e não percebe. O primeiro passeio que eu fiz foi em 2013 e para mim, até hoje, é uma oportunidade de experimentar a cidade de uma maneira diferente.”

Bia Sartori, jornalista e rolezeira

“A primeira vez que fui foi na Ilha de Paquetá. Eu ia sozinha, aleatoriamente, mas vi que ia ter o Rolé por lá. E é super tranquilo, você acaba interagindo com outras pessoas, super curti mesmo. Faz muita diferença ter o Rolé no Rio, porque tira as pessoas de casa. Eu já sou da área, mas tem gente que quer passear para conhecer, então faz toda a diferença. A parte histórica é fundamental, mas a atualidade também tem toda uma importância. É como entrar em um prédio histórico e por dentro estar moderno! Fiz esse tour de Paquetá e já indiquei para vários amigos.”

Ana Paula Arcanjo, turismóloga e rolezeira





MILONÇA

REPENSANDO CRITÉRIOS DE TOMBAMENTOS DE TERREIROS

“MILONÇA É MISTURA”

“Tumba Junsara
Ya Ngange nda meso
Kokoro ya ngange

Tumba Junsara
Ya Ngange nda meso
Kokoro ya ngange”

Hino do Tumba Junsara, composto por
Manoel Ciriaco de Jesus, Tata Nlundiamungoongo



"MILONGA É MISTURA"

20 de setembro de 2018. Dezenas de pessoas reuniam-se no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, para a 90ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Na pauta, discussões sobre tombamentos e registros de valiosos bens culturais do país, que após passar por análises atentas e cuidadosos processos de pesquisa, foram reconhecidos como Patrimônio Cultural Brasileiro. Entre eles estava o Terreiro Tumba Junsara.

Localizado em Salvador, na Bahia, o terreiro de tradição bantu foi o segundo da matriz Congo-Angola a ser tombado no Brasil. Ali se encerrava um importante ciclo representado pelo projeto **Milonga - Repensando critérios de tombamento de terreiros**, que apresenta o terreiro narrado por ele mesmo, em toda sua força e, a partir de então, reverberando ainda mais na memória coletiva de todo o país. Um marco para os filhos de Tumba Junsara e mais um grande passo da política de preservação do Patrimônio Cultural de matriz africana em toda sua diversidade.

COMPREENDENDO OS INGREDIENTES DA MISTURA

De acordo com a pesquisa de Veridiana Machado (Makota Maingansi), o Candomblé é uma expressão religiosa afro-brasileira, que se fundamenta nas matrizes étnicas africanas e no modo como os africanos reelaboraram e reestruturaram suas identidades culturais. Durante o período do tráfico negreiro, o Brasil recebeu populações africanas que, quando chegavam ao país, eram deliberadamente separadas a fim de dificultar a comunicação e a convivência entre as diferentes etnias ou nações, e também de enfraquecer seu caráter cultural e identitário, conforme aponta a pesquisadora.

Assim, os africanos retirados de localidades da África Central, foram descobrindo vários elos culturais entre si, incluindo aspectos linguísticos e religiosos, formando o que é hoje conhecido como complexo cultural bantu. Os Candomblés de nação Congo-Angola se originam desse processo: os africanos escravizados reuniram e reintegraram suas religiões, absorvendo o impacto da cultura imposta pelos colonizadores europeus e também dos povos indígenas brasileiros, formando assim um novo sistema sincrético e ressignificado. Dessas trocas interétnicas e suas reinterpretações, nasce a *milonga*, que significa mistura. Própria das tradições bantu, essa é a mistura que soma; que constrói a partir da diferença; que agrupa objetos, práticas e mitos, ampliando a força de sua própria expressão religiosa.

Entre os terreiros dessa matriz, o Tumba Junsara é um dos mais antigos, segundo o Centro de Estudos das Tradições de Origem Bantu. Seus fundadores, Manoel Rodrigues e Manuel Ciriaco, eram filhos de santo de Maria Neném, e Ciriaco chegou a ser um dos pais de santo mais famosos da Bahia. Fundada em 1919, a Casa foi originada em Acupe, município de Santo Amaro, e depois foi transferida algumas vezes, até que, em 1938, se instalou no endereço atual, na Ladeira da Vila América, localizada na Vila Colombina, em Salvador. Nesse caminhar, novas misturas: a origem no Recôncavo Baiano remonta a um terreiro Nagô, iniciado por um líder religioso de tradição Congo-Angola.

Segundo Esmeraldo Emetério Filho (Tata Zinge Lumbondo), *Tumba* é um convite à família universal, enquanto *Junsara* é uma referência à juçara, palmeira nativa da Mata Atlântica. Assim, surgem os “filhos do coco”, na composição que origina o *Tumba Junsara*.

Desde o nome, o terreiro reforça sua missão em fortalecer essa *milonga*. “Existem plantas em que as raízes formam rizomas. Se quebra uma falange ali, ela se junta com outra e isso nunca acaba. Isso é a raiz *Junsara*: são raízes que se encontram e nunca vão deixar de ser construídas, vão se transformando em outras coisas, mas permanecem se encontrando, mesmo que algo se parta”, explica Veridiana Machado, Makota Maingansi.





Para que a mistura continue acontecendo, como em uma receita, é preciso entender quais os ingredientes que a compõem. Foi por isso que o grupo liderado pela Associação Beneficente de Proteção e Defesa do Terreiro Tumba Junsara (Abentumba) deu início a uma série de atividades de educação patrimonial e ações afirmativas, reunindo a vizinhança da Vila Colombina, gestores públicos e a comunidade universitária. A proposta era debater os conceitos de identidade e Patrimônio Cultural, mobilizando a família de santo do Tumba Junsara e diversos atores sociais para construir um registro da memória do terreiro e o que eles chamam de “uma nova narrativa patrimonial”. Nela, era preciso compreender toda a história do Tumba, sua ancestralidade e organização social, a noção de mundo da nação Congo-Angola, as histórias dos mais velhos, as redes de solidariedade e pertencimento entre os Candomblés, e cada um dos mistérios que constituem a Casa.

Esses trabalhos, que formam o projeto **Milonga - Repensando critérios de tombamento de terreiros**, foram realizados com um intenso diálogo com o Iphan e outras instituições parceiras, fortalecido por meio de um curso para a gestão dos terreiros de todo país. Ali, a comunidade do Tumba Junsara percebeu as diversidades intrínsecas a cada terreiro e, em especial, à sua própria *milonga*. Elaboraram um plano de gestão e produziram diversas pesquisas em parceria com universidades, em um grande retorno à própria raiz *Junsara*. Era preciso encontrar a forma de contar a sua própria história para, então, preservá-la.

Ao todo, foram mais de 20 anos de trabalho. Mas as atividades do projeto **Milonga** se concentraram entre 2016 e 2018, em três frentes de ação: o fortalecimento institucional (para dentro e para fora do terreiro), com a



realização de atividades como oficinas e seminários; o levantamento da memória documental, fotográfica e oral dos mais velhos e da vizinhança do terreiro; e, por fim, debates sobre o tombamento, seus critérios e possibilidades, ampliando o olhar da materialidade e do território, para uma noção que seguisse em sintonia com a *milonga* do Candomblé de nação Congo-Angola. Tudo isso se consolidou na campanha *Tomba Tumba*, que reverberou em todo o país por meio de manifestações de apoio de representantes de diversas casas de Candomblés, reforçando a importância do terreiro. Também resultaram dois importantes dossiês, que permitem compreender como os filhos da Casa se identificam, como se dão as relações do terreiro com seu entorno e vizinhanças e, sobretudo, evidenciam a capacidade do Tumba Junsara em se reconhecer e se reinventar nessa mistura, e não pela pureza de sua tradição. Por fim, todo o projeto culminou nos dois tão desejados tombamentos: em nível estadual, pelo Conselho Estadual de Cultura da Bahia; e em nível federal, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, ligado ao Iphan.

O terreiro Tumba Junsara foi o décimo reconhecido pelo Iphan como Patrimônio Cultural Brasileiro em todo o país, em decisão que ocorreu poucos meses antes da data que marca o centenário da Casa. Terminava ali uma etapa da missão desses filhos de Junsara, para começar outra, de tantas responsabilidades.

O reconhecimento do **Prêmio Rodrigo** pelas ações executadas pelo projeto **Milonga** também é uma oportunidade para continuar esse trabalho, fortalecendo as ações que agora se direcionam à salvaguarda do terreiro. É o momento de vivenciar a trajetória, como anuncia Esmeraldo Emetério Filho, Tata Zinge Lumbondo. “Nesse processo de acautelamento e salvaguarda, nós convidamos a comunidade a dialogar com a gente e construir esse projeto. E aí já está intrínseco o pensar da educação patrimonial e a valorização de tudo isso, porque o bem tombado traz benefícios para todos. Nossa proposta agora é trazer essa comunidade da Vila Colombina para dentro, independente da religião de cada um. Porque eu não consigo pensar em um terreiro tombado como um casulo fechado.”

Tata Zinge Lumbondo, que além de presidente da Abentumba é também o mais velho da Casa, explica ainda que agora se inicia uma responsabilidade maior em cuidar do bem e que, por isso, está em elaboração um novo projeto, chamado *Kinsa* - termo bantu, do idioma kimbundo, que significa para “tomar cuidado, cuidar, proteger”. Para isso, vêm sendo realizados encontros chamados Diálogos Ancestrais, com diversas atividades artísticas, culturais e religiosas sobre a tradição Congo-Angola. Assim, nesse eterno rodar, mais uma vez, os filhos de Junsara vão construindo sua *milonga* - marca de expressão cultural e também de brasiliade.

RECONHECIMENTO E RESPONSABILIDADE DA *MILONGA* AO *KINSA*

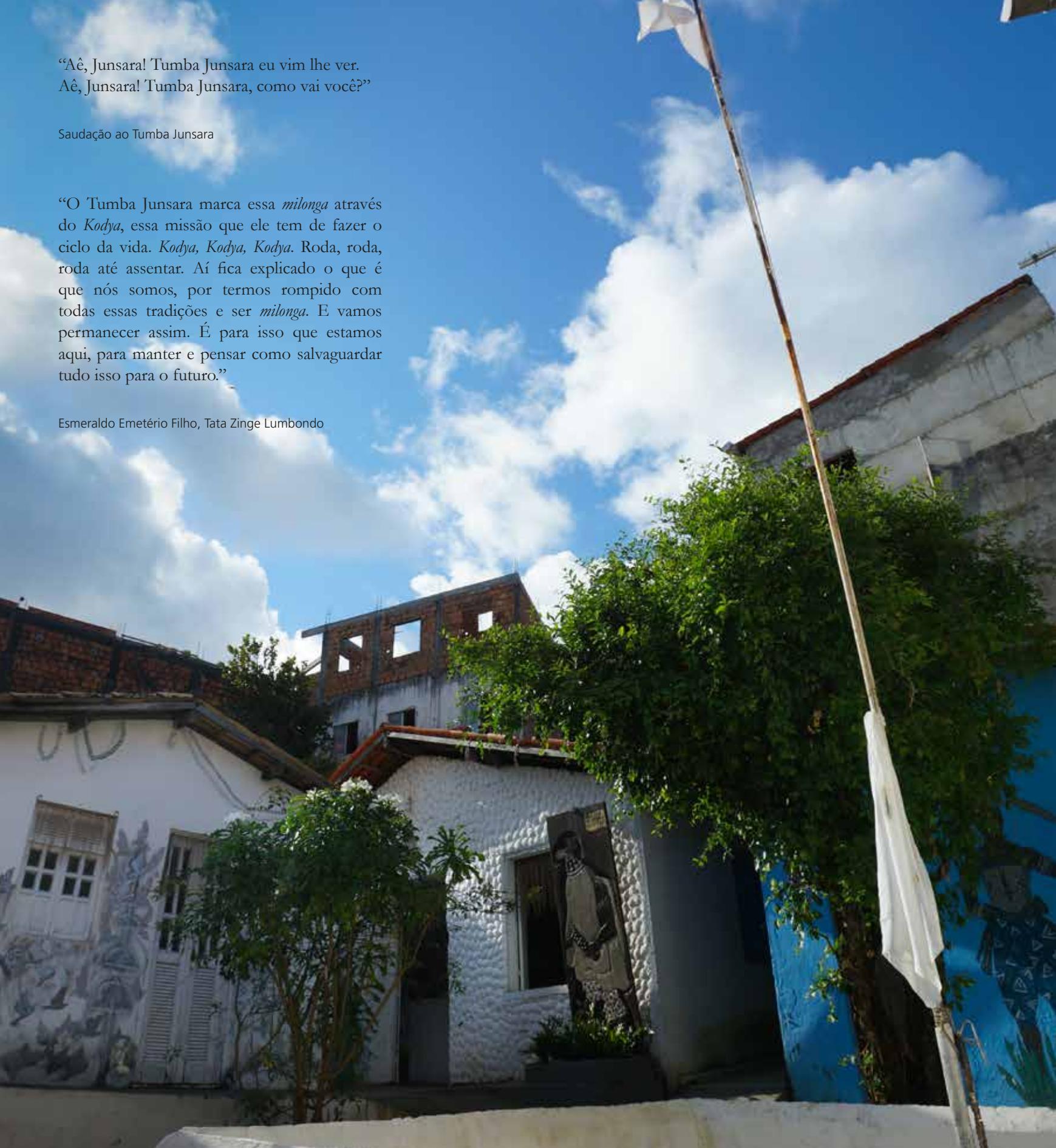


“Aê, Junsara! Tumba Junsara eu vim lhe ver.
Aê, Junsara! Tumba Junsara, como vai você?”

Saudação ao Tumba Junsara

“O Tumba Junsara marca essa *milonga* através do *Kodya*, essa missão que ele tem de fazer o ciclo da vida. *Kodya, Kodya, Kodya*. Roda, roda, roda até assentar. Aí fica explicado o que é que nós somos, por termos rompido com todas essas tradições e ser *milonga*. E vamos permanecer assim. É para isso que estamos aqui, para manter e pensar como salvaguardar tudo isso para o futuro.”

Esmervaldo Emetério Filho, Tata Zinge Lumbondo





Luiz Phelipe Andrès, conselheiro relator que defendeu o reconhecimento do Tumba como Patrimônio Cultural Brasileiro, reiterou, naquela tarde de setembro de 2018, a importância do ato. Segundo ele, o tombamento vai muito além da materialidade da questão, da garantia da preservação do território do terreiro ou da representatividade de seus rituais e celebrações, pois “incide também sobre a autoestima das pessoas diretamente envolvidas, bem como da comunidade envoltória. Ele não atribui apenas o poder de vigilância, de fiscalização, mas também confere valor. E, como valoriza, ele eleva e estabelece uma aura de respeito sobre o bem que se pretende preservar. O tombamento se afirma, também, por se constituir em uma estratégia de distinguir, de divulgar, de fortalecer argumentos de defesa, e, portanto, um caminho para consolidar as perspectivas de continuidade.” Em seu parecer, o conselheiro também destacou a estratégia criativa da *milonga* do Tumba Junsara, que fez da diversidade um traço de união.

Cronologia dos tombamentos de terreiros pelo Iphan

- 1986: Casa Branca do Engenho Velho - Ilê Axé Iyá Nassâ Oká, em Salvador (BA);
 - 1999: Ilê Axé Opô Afonjá, em Salvador (BA);
 - 2002: Casa das Minas Jeje - Querebentam de Zomadonu, em São Luís (MA);
 - 2002: Gantois - Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé, em Salvador (BA);
 - 2003: Bate-Folha - Manso Banduquenqué, em Salvador (BA);
 - 2005: Alaketo - Ilê Maroiá Láji, em Salvador (BA);
 - 2013: Casa de Oxumaré - Ylê Oxumaré Araká Ogodâ, em Salvador (BA);
 - 2014: Seja Unde - Roça do Ventura, em Cachoeira (BA);
 - 2015: Omo Ilê Agboulá, terreiro de Culto aos Ancestrais, em Itaparica (BA);
 - 2018: Tumba Junsara, em Salvador (BA);
 - 2018: Obá Ogunté - Sítio de Pai Adão, em Recife (PE).
-



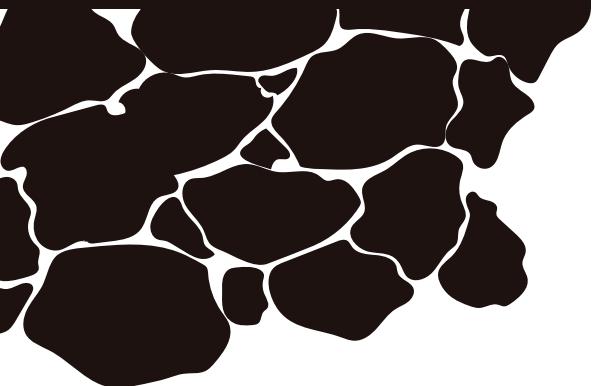


Mina du Veloso

Os tesouros que a
história não contou

“Toda a terra é mina:
O ouro se abre em flor...”

Romance VIII ou do Chico Rei,
em O Romanceiro da Inconfidência
de Cecília Meireles





Caminhar pelas ruas de Ouro Preto, antiga capital de Minas Gerais, é uma experiência cheia de emoção e mágica, onde se respira história e poesia, numa ode ao sonho da liberdade estampado na bandeira mineira. A cidade é um dos grandes símbolos do Patrimônio Cultural Brasileiro. Representante singular do barroco mineiro, foi a primeira em todo o país a ser reconhecida como Patrimônio Mundial. Suas ladeiras e casario, as ruas de pedra e as incontáveis igrejas estão presentes no imaginário coletivo, como uma fotografia que, ainda hoje, conta como foram os tempos da colonização e da mineração.

Mas, nesse território, ainda existem segredos escondidos. Por baixo da terra, pela Serra do Veloso, pelas casas, pelo Rio das Velhas e pelo Rio Doce está encravada uma história que começa, como quase tudo ali, na busca incessante pelo ouro. E é um importante pedaço dessa narrativa que a **Mina Du Veloso**, projeto vencedor do **Prêmio Rodrigo 2019**, se dispõe a testemunhar e contar.

Centro de referência turística e patrimonial sobre a história da mineração em Ouro Preto, o projeto propõe um outro olhar sobre a cidade e seus caminhos. Para começo de conversa, tira o turista do Centro Histórico e conduz sua narrativa a partir de outro cenário: o bairro de São Cristóvão e a serra, marcada pela ação do homem e por estruturas remanescentes da atividade minerária. O projeto também traz outra proposta de inversão, colocando os africanos escravizados como protagonistas dessa história, responsáveis, não só pela execução dos trabalhos nas minas, mas também como principais detentores do conhecimento e das soluções tecnológicas que permitiram, na época, a mineração e, por conseguinte, todo o desenvolvimento da região.

Localizada a cerca de cinco minutos da Praça Tiradentes e do Centro Histórico de Ouro Preto, a Mina Du Veloso está aberta diariamente para visitação, das 09h às 18h. Também recebe visitas noturnas e de grandes grupos, sob agendamento. Os ingressos para visitação custam R\$ 30 (inteira). A galeria principal da Mina, que desde 2014 recebe os visitantes, possui de 250 metros de extensão, mas o trajeto completo, já mapeado pelo Coletivo Du Veloso, possui mais de 500 metros. Por todo o percurso, é possível ver marcas dos trabalhos dos mineradores, em sua maioria africanos originados da Costa da Mina, região que hoje engloba os países Gana, Togo, Benin e Nigéria.



Nos veios da terra

A história contada pela **Mina Du Veloso** tem dois começos: um deles é o que remonta ao ciclo do ouro, que marca tão profundamente a História do Brasil e, especialmente, de Minas Gerais. Ouro Preto, então conhecida como Vila Rica, foi uma das principais áreas de exploração aurífera no país, tendo enviado, oficialmente, cerca de 800 toneladas de ouro para Portugal no século XVIII. A própria configuração da cidade é testemunha desse período e a prova mais visível disso é a rica ornamentação das igrejas ouropretanas.

O outro começo é mais recente e se confunde com a trajetória de Eduardo Ferreira, engenheiro civil e mestre em Ciências Naturais pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Ele nasceu e cresceu no bairro de São Cristóvão, de frente para a chamada Serra do Veloso.

Desde criança, via na paisagem e na vida cotidiana os vestígios da mineração, mas nunca lhe foi explicado o que era aquilo, o que realmente significavam aquelas marcas da intervenção humana na natureza. Anos mais tarde, já na universidade, ele foi então compreendendo que cada uma daquelas marcas era também parte da sua própria história, pois dizia respeito aos seus ancestrais, negros africanos levados para Vila Rica para fazê-la crescer. "Do campus, você consegue olhar para o bairro de São Cristóvão e ver as marcas da mineração, de onde se extraiu o ouro. E isso despertou em mim a vontade de querer contar essa história, entender quem fez esse trabalho 300 anos atrás e quem são nossos antepassados africanos, que vieram para cá com todo esse conhecimento", explica. Foi aí que ele deu início a uma pesquisa e um trabalho que atravessaram toda sua vida, usando recursos próprios, seu tempo e dedicação, para a construção de um espaço de valorização da raiz africana ligada à história da mineração na cidade.



Em 2010, Eduardo comprou, no bairro onde cresceu, um terreno que dava acesso a uma das galerias subterrâneas de uma antiga mina de ouro do século XVIII. Começou aí um processo de recuperação e estruturação desse espaço, envolvendo a limpeza e desobstrução da galeria; o completo reconhecimento, mapeamento e pesquisa no local; a conservação e divulgação do acervo arqueológico da mineração ali presente; e a implantação de toda uma infraestrutura, incluindo as condições de iluminação, acessibilidade e segurança, além da construção de um receptivo para atividades turísticas. Em 2014, ele conseguiu, enfim, abrir as portas da **Mina Du Veloso**.

De lá para cá, Eduardo não parou. Com uma equipe de oito pessoas, que hoje formam o *Coletivo Du Veloso*, ele tem o apoio para fazer o atendimento ao público em atividades de geoturismo, mas também para continuar desenvolvendo e promovendo pesquisas e atividades diversas, como oficinas, debates e roteiros temáticos, com foco tanto na área da mineração e do desenvolvimento urbano de Ouro Preto, quanto na educação patrimonial e na divulgação da cultura afro-brasileira e africana. Desde então, o espaço recebeu mais de 90 mil visitantes, entre moradores e turistas, além de grupos de estudantes mineiros e de outras regiões do país.



Identidade estampada na Serra

No trabalho junto a esses visitantes, o Coletivo **Du Veloso** tem o objetivo principal de ressignificar a trajetória do africano escravizado no Brasil. Eduardo faz questão de contar um outro lado da história; não a do negro escravizado, mas a de homens que detinham conhecimentos nas áreas de mineração, geologia e construção civil. Esse é o testemunho que a própria galeria pode dar, com as marcas da extração de ouro fincadas através do tempo, realizadas por técnicas e práticas herdadas da região africana da Costa da Mina.

Em Minas Gerais, as áreas de exploração aurífera foram as que mais receberam escravos vindos da África. Segundo a pesquisa da **Mina Du Veloso**, em censo realizado em 1804, só na área da Mina eram 88 escravos trabalhando, número referente ao período de declínio do ciclo do ouro. “Nosso país valoriza muito o trabalho intelectual, e pouco o trabalho braçal, de quem executa e põe a mão na ferramenta. Mas os africanos tinham esse conhecimento intelectual e não são valorizados. Então, nosso principal objetivo é fazer essa ressignificação, dando dignidade para o trabalho que eles realizaram”, enfatiza Eduardo. Ele explica ainda que esse conhecimento foi responsável não só pela liberdade de muitos escravos, mas também de seus senhores. “Muitas vezes eles eram os libertadores dos próprios donos. Porque ter o direito de lavrar uma área aurífera não era um privilégio, mas um fardo. Se você não produzisse, o rei podia mandar te matar. Então era preciso garantir que aquilo era um bom negócio. E eram os africanos que garantiam a produção e pagavam essa conta com o rei!”



Nesse esforço de recontar a história por meio da **Mina Du Veloso**, Eduardo também conseguiu entender melhor a sua própria identidade e garantir que isso se estendesse para os demais moradores de Ouro Preto e, especialmente, do bairro de São Cristóvão. Na região, 100% das escolas foram atendidas por ações do projeto, envolvendo crianças e jovens de cinco a 16 anos.

Quem sente bem esse resultado é Luiz Viana, turismólogo e um dos guias que trabalha com o Coletivo. Assim como Eduardo, ele também cresceu no bairro, entendendo todo aquele cenário de forma superficial, em uma percepção que só mudou depois que ele entrou para o projeto. “Você começa a ter um sentimento de pertencimento muito maior pelo bairro, mais do que somente morar ali. E isso acontece, principalmente, depois de entender melhor todo o contexto histórico por trás disso”, declara. Para Luiz, esse resultado é visível entre as pessoas que visitam a **Mina** e, com ela, começam a compreender que existem outras narrativas históricas.

“É um primeiro contato para entendermos a história da nossa etnia. Dá um sentimento muito maior de orgulho do que abrir o livro de História e ver o negro escravizado, sendo chicoteado, agredido. E aí vamos conduzindo a visita, falando da mineração, mas também de vários outros conhecimentos que eles tinham e foram introduzidos na cidade, como o dialeto, por exemplo. Isso tudo dá mais sentido e mais veracidade para a história.”

Luiz Viana, turismólogo e guia da Mina Du Veloso



Um tesouro econômico

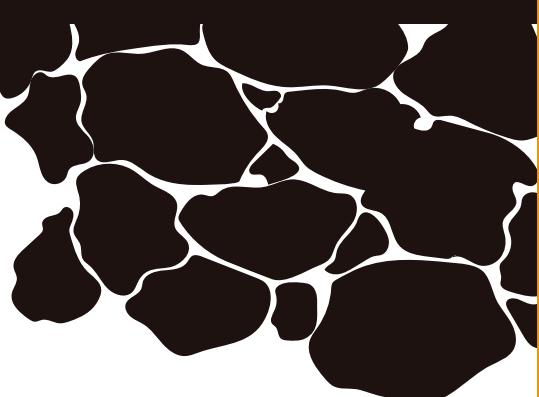
“O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi.”

Por uma outra globalização (do pensamento único à consciência universal), de Milton Santos

O Coronel José Veloso do Carmo foi um dos últimos grandes mineradores da região da antiga Vila Rica, hoje Ouro Preto (MG). A área de mineração explorada por ele era denominada, na época, como Morro de Ramos e depois recebeu a referência de Veloso, dando hoje lugar ao bairro de São Cristóvão. Toda a região, vizinha à Serra do Veloso, também conhecida como Serra de Ouro Preto, é ainda hoje dotada de diversos vestígios da mineração, como ruínas de edificações, galerias subterrâneas, açudes e mundéus (sistemas de aquedutos escavados nas montanhas para abastecimento da exploração aurífera e mineração subterrânea).

Atualmente, a equipe se empenha na ampliação do projeto para a implantação de uma série de circuitos geoturísticos pela Serra do Veloso. Segundo o criador do projeto, ela é o divisor das duas maiores bacias hidrográficas da região e marco fundamental da urbanização de Ouro Preto, já que toda a cidade colonial foi construída a partir da mineração. “A cidade cresce em função disso, saindo dessas áreas para que as igrejas e o casario não fossem arrastados pelas correntes de lama que vinham com o processo de mineração”, argumenta.

Ele explica também que há centenas de outras galerias na região, com estruturas preservadas e ainda não mapeadas, que formam um rico acervo a ser conhecido e protegido. “Para mim, a Serra é a parte mais importante de tudo, é a base para contar essa história. Ela tem trilhas fantásticas por onde você pode caminhar e ter essa percepção total do entorno da grande cidade. Você consegue andar e ver o patrimônio geológico, que chegou antes de todo mundo e que, se não tivesse o ouro, não ia ter nada dessa história aqui”, explica Eduardo, apontando que o rumo do projeto é o ecoturismo e o turismo de base comunitária, com a implantação de um museu de território. A proposta dessa categoria museológica é que o protagonismo seja da comunidade que habita aquele território, servindo para que essas pessoas se reconheçam ali e, por meio do museu, se sintam valorizadas - proposta essa que vai ao encontro dos conceitos que norteiam e conduzem os trabalhos da **Mina Du Veloso** desde sua fundação.





AÇÕES PREMIADAS

Feira Nacional de Negócios do Artesanato (Fenearte) | Segmento 1

Feira de Trocas de Sementes e Mudas Tradicionais das Comunidades
Quilombolas do Vale do Ribeira | Segmento 2

Inventário Participativo dos Engenhos de Farinha do
Litoral Catarinense | Segmento 3

Tecendo Memórias, Contos e Cantos – Registro das histórias de
tradição oral dos imigrantes italianos | Segmento 4





fe N Ar te

Feira
Nacional de
Negócios do
Artesanato

AS MÃOS QUE FAZEM SONHOS

“Uma vez que é feita por mãos humanas, a peça de artesanato preserva as impressões digitais – reais ou metafóricas – do artesão que a criou. Essas impressões não são a assinatura do artista; elas não são um nome. Nem são uma marca registrada. Antes, são um sinal: a cicatriz quase invisível que denota a irmandade original dos homens, e sua separação.

Além de ser feito por mãos humanas, o artesanato também é feito para mãos humanas: não apenas podemos vê-lo, mas tocá-lo com nossos dedos.”

O artesanato, o uso e a contemplação,
de Octávio Paz



AS MÃOS QUE FAZEM SONHOS

São cerca de 30 mil metros quadrados ocupados. Mais de 700 espaços de comercialização. Doze dias de evento, que já se realiza há 20 anos. O público anual é de aproximadamente 300 mil pessoas e são geradas 2,5 mil vagas indiretas de emprego. E a programação, intensa, engloba oficinas, salões de arte, palestras, desfiles, shows, espaço infantil, espetáculos teatrais, visitas guiadas, mostra de decoração, polos de gastronomia e alimentação, debates... ufa! E você ainda não viu nada. Toda essa estrutura é destinada para os protagonistas, sem os quais a **Feira Nacional de Negócios do Artesanato - Fenearte** não existiria: são mais de cinco mil artesãos expondo e comercializando suas peças.

Se reparar bem o sotaque, dá pra saber que grande parte deles é dali mesmo, de Pernambuco. Mas a **Feira** também abre espaço para expositores de outros estados brasileiros e até do exterior. No entanto, são os artistas pernambucanos as grandes estrelas dessa festa, que é a maior feira de artesanato da América Latina.

Se as pernas se cansam de tanto andar pela Fenearte, os olhos ficam em completo entusiasmo. A **Feira** é uma profusão de cores, materiais, saberes e ofícios. Uma explosão de criatividade que poderia servir, facilmente, de combustível para um povo inteiro. E assim o é: durante todo o ano, os artesãos participantes colhem os frutos que plantaram no evento. E trabalham, moldam, costuram, desenham, esculpem, fazendo das mãos o instrumento mágico que transforma matérias-primas em obras de arte, em peças de decoração, em utensílios do dia-a-dia. Que transforma barro, linha, papel, fibra e couro em sustento e, assim, transformam vidas inteiras. Sonho, esculpido no barro e trançado na renda, ganha contornos de vida real.



Vencedora do **Prêmio Rodrigo 2019**, a **Fenearte** acontece sempre no mês de julho e é realizada pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper), vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico. Em cada um de seus espaços, a **Feira** visa reunir, identificar, valorizar e difundir o trabalho dos artesãos pernambucanos, gerando conhecimento, emprego e renda, proporcionando encontros e trocas, auxiliando na comercialização das peças e contribuindo ativamente na preservação do Patrimônio Cultural e das identidades locais. Entendidas como as essências no artesanato de Pernambuco, as características do povo, a riqueza complexa de seus cotidianos, suas festas, suas danças e suas formas de expressão são a grande inspiração dos trabalhos manuais ali presentes. E por isso eles se misturam nas casas, nos ateliês e nas centenas de estandes espalhados pela **Feira**.



“A **Fenearte** é hoje a feira de melhor comercialização do Brasil. Do ponto de vista material ela é muito grande, no âmbito da comercialização imediata e do tamanho do público, mas também pela oportunidade de trocar ideias, conhecer, conviver com os artesãos, entender o processo criativo, a inspiração, como eles chegaram a criar aquelas peças. Além disso, ainda traz essa oportunidade entre eles, de conhecer como se faz em outros estados, como se desenvolvem as associações, é uma grande troca de experiências. Vivenciar a **Feira** é totalmente diferente, porque ela nos dá essa oportunidade”, ressalta Márcia Souto, coordenadora do evento.

“Para mim, a **Fenearte** é uma feira mãe! Porque nela, além de você vender durante os dias do evento, você ainda sai de lá com uma bagagem de muitas encomendas que te mantêm o ano todo apto a sobreviver da arte, que é a coisa mais difícil. E a **Fenearte** vem para nos proporcionar isso e divulgar nosso trabalho. É uma vitrine aberta para o mundo!”

Mestre Luiz Benício - artesão de madeira, do Vale do Catimba, município de Buíque (PE)



Só em 2019, a **Fenearte** recebeu mais de 1,6 mil inscrições para 300 estandes. O trabalho é árduo, mas é preciso filtrar e escolher quem participa. Com o espaço organizado por tipologias, a **Feira** não restringe se é feio ou bonito, utilitário ou decorativo, se tem mais isso ou menos aquilo. A proposta de curadoria, que é composta por representantes da sociedade civil, avalia alguns critérios fundamentais: a representação da cultura pernambucana, criatividade, originalidade, linguagem própria e inovação. Os outros centenas de estandes são divididos entre associações, prefeituras e artesãos já amplamente reconhecidos.

Para estes artistas consagrados, considerados símbolos de resistência e identidade, mantenedores de histórias e técnicas, mensageiros de saberes e ofícios que são herança e registro de seus tempos, a **Fenearte** conta com a *Alameda dos Mestres*, que abre o evento e recepciona o público em um espaço mais que especial, reservado para 64 mestres e mestres pernambucanos e suas famílias. O projeto ainda identifica e busca fomentar bens culturais considerados em situação de risco, desenvolve

“Desde a primeira Fenearte, a gente participa. A Feira vale a pena, é a melhor feira para o artesão. Trabalhamos eu, meu irmão, minha família, e a gente vende tudo quando acontece a Feira. Graças a Deus, que Feira maravilhosa é essa! De onde vem pedido, a gente vai fazendo o ano todo, e vem muito é através da Fenearte.

Mestre Lourenço - artesão das fibras, de Goiana (PE)

importantes programas educativos, sensibiliza a população para a importância desses trabalhos e cria oportunidades na cadeia produtiva no artesanato nacional. Preocupa-se também com a acessibilidade: na **Fenearte** deste ano, foram feitas visitas com tradutores para Libras, disponibilizadas cadeiras de rodas e executados roteiros com audiodescrição.



“Meu primeiro ano na Feira foi 2011. Tem gente que vai, gosta e compra, porque a gente leva mesmo para vender, mas também tem gente que encomenda. A Fenearte é uma feira que a gente sai de lá já pensando em no outro ano estar lá de novo! Os mestres ficam todos juntos e fica feito uma família, conhece as pessoas diferentes, de outro lugar, e isso é muito bom.”

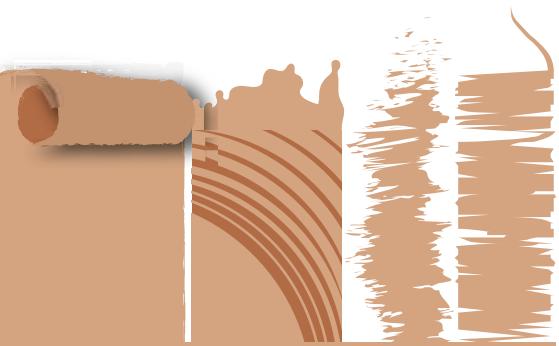
Mestra Cida Lima - artesã do barro, do município de Belo Jardim (PE)

“Eu tenho 18 anos de passagem pelo Centro de Convenções! Me sinto feliz, realizada e já tenho três anos na Alameda dos Mestres! Sempre a gente faz contato, encomenda; a gente entrega, recebe tudo direitinho, é só benção e alegria. A renda frivolé é uma renda francesa, mas graças a Deus quem faz são as brasileiras e as pernambucanas. Que benção, né?”

Dona Damiana - mestra e artesã dos fios, de Orobó (PE)

A **Fenearte** é celeiro de ideias, de histórias de vidas que se transformam através da arte. E que se encontram. A **Feira** reúne artesãos de todos os cantos de Pernambuco: do Sertão do São Francisco à Zona da Mata Norte; do Agreste ao Sertão Central; da Região Metropolitana do Recife ao Sertão do Araripe. Juntos, eles constituem o mapa do artesanato no estado e trazem ao mundo as características de suas terras, a matéria-prima local e seus sentimentos, em uma diversidade que tem a cara pernambucano.

“As nossas tradições culturais estão muito misturadas, do ponto de vista da diversidade e da força que elas têm dentro das comunidades. E o artesanato, enquanto uma manifestação das comunidades, traz as expressões dessas tradições. Mostra orgulho e amor pelo que eles fazem! Essa é uma característica da cultura popular, que é muito forte em Pernambuco, um estado que tem festas de rua, folguedos e manifestações que acontecem naturalmente, independente do poder público, porque vêm da tradição do nosso povo. E o artesanato está inserido nessa realidade”, explica Márcia Souto. Assim, o mesmo artista que puxa o coco, é o que entalha a madeira. Quem brinca o cavalo marinho, corta o couro e faz calçados. As cerâmicas representam as bandas de pifano e as bordadeiras. As xilogravuras contam as histórias do caboclinho, dos fazeres cotidianos. E assim, eles se influenciam, se recriam mutuamente e vão inventando novas maneiras de contar a cultura popular.



Com 20 anos de histórias, palco de encontros e tradições, a **Fenearte** mostra que é possível unir desenvolvimento, geração de renda, empregos e oportunidades, com a valorização da cultura e das identidades, do que há de mais singular e valioso para as comunidades. Para a coordenadora do evento, a premiação do Iphan mostra um novo caminho, de reconhecimento e visibilidade, onde uma agência de desenvolvimento econômico se entende como participante e contribuidora de um importante processo de preservação do Patrimônio Cultural. "Hoje a gente tem essa postura de construir juntos a preservação, trazendo o detentor como ator principal desse processo. A **Fenearte** mostra muito isso. Talvez, se não tivesse a **Feira**, não teríamos mais algumas manifestações e eles não teriam como se manter tendo a arte como fonte de renda. É um círculo virtuoso: a gente garante a comercialização, como ápice de uma política cultural, como instrumento que chama atenção para o artesanato, divulga, coloca na imprensa, o público visita, mas de um modo que o artesão não tem dúvida de que ele é o protagonista. Eles são o que existe de mais importante na Fenearte!", celebra Márcia Souto.





“Tradicional sem ser histórico, intimamente ligado ao passado, mas não datado, o objeto feito à mão refuta as miragens da história e as ilusões de futuro. O artesão não busca vencer o tempo, mas participar de sua corrente.”

O artesanato, o uso e a contemplação, de Octávio Paz

Ano a ano, a **Feira** também trabalha temáticas específicas, marcadas na cenografia, nas apresentações culturais e em importantes homenagens a elementos da cultura local. Nos últimos anos, por exemplo, foram temas: as Mulheres Rendeiras; Mestre Salustiano; e, em 2019, a Ciranda. Os símbolos dessa riqueza cultural estão presentes em cada detalhe do evento e ganham destaque e continuidade ao longo do ano, por meio de uma série de ações que integram a política pública do Estado do Pernambuco destinada à valorização da cultura popular. As histórias e resultados disso são latentes no crescimento do trabalho desses artesãos, e nos sorrisos que contam sobre transformações.

É o caso de Cida e Neguinha, mestras da cerâmica de Belo Jardim (PE). Suas histórias são marcadas pelo antes e depois dessa política. Artesãs do barro desde crianças, elas faziam panelas e comercializavam seus produtos por preços irrisórios. Receberam então orientação, estímulo, apoio. Antes, um cento de panelas era vendido por R\$ 40. Depois, duas panelas por R\$ 30. Abriram-se as portas do criar, e hoje elas fazem também outras peças, utilitárias, decorativas; santos, cabeças e tamanduás. Do Agreste pernambucano, elas foram para a Alameda dos Mestres da **Fenearte**, para o todo o Brasil e para galerias em diversas partes do mundo.





Feira de Trocas

de sementes e mudas tradicionais
das comunidades

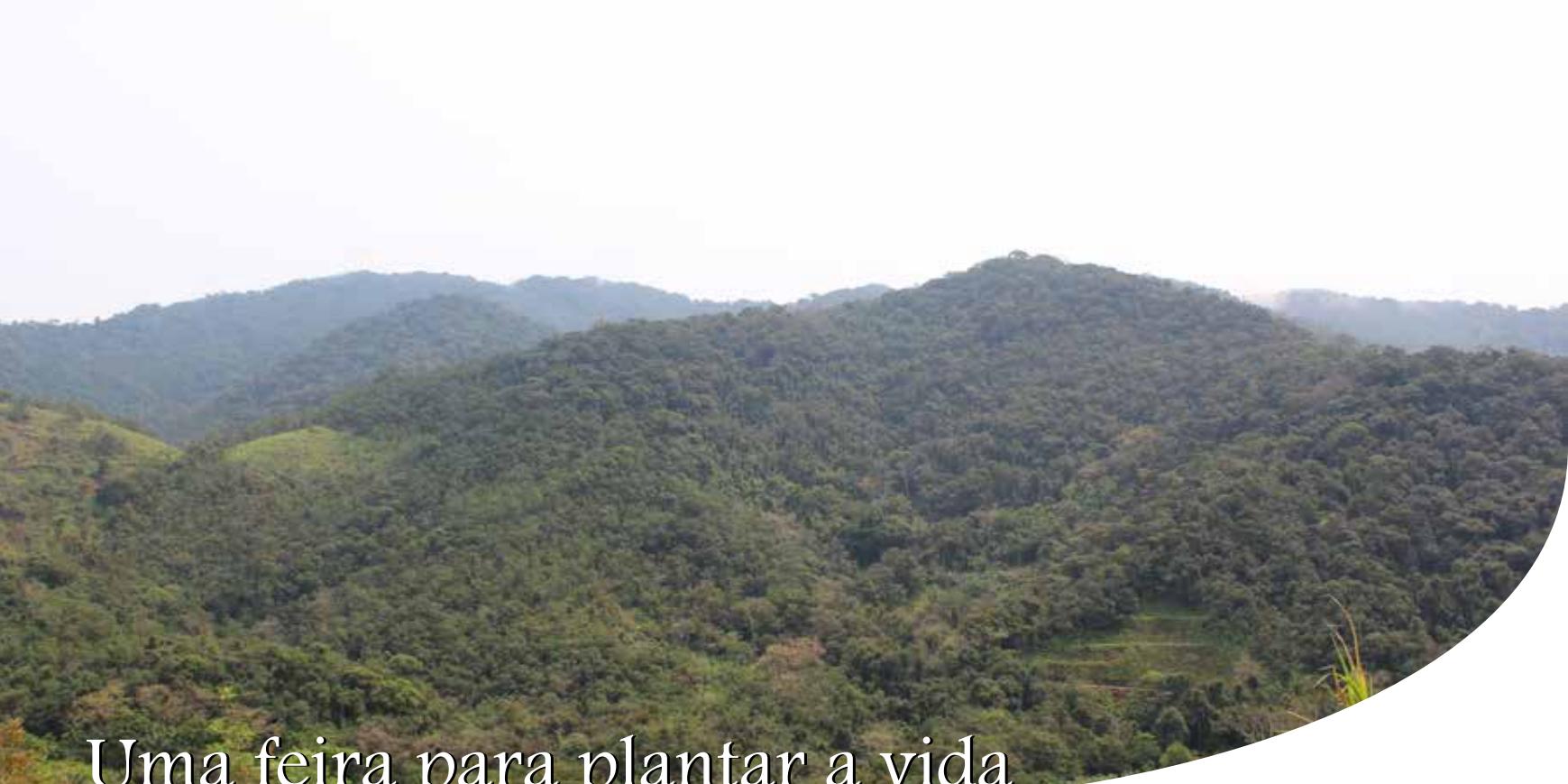
Quilombolas
do Vale do Ribeira

Uma feira para plantar a vida

“E a prosa que eu trago na viola e na lira
É do mato, é da roça, é do chão
Canto o sanhaço, o tiê sangue, a saíra
O melro, o cardial, o azulão
Que eu pego na palma da mão
(...)
Levo o gado pra pastar
Vou pra roça capinar
Que é da terra que se tira
Tudo o que se aspira pra viver, oiá”

Caipira/ Citação: A lenda do Caboclo, trecho de canção
de autoria de Breno Ruiz, Paulo César Pinheiro e Heitor Villa-Lobos





Uma feira para plantar a vida

Quanto vale o que você come? Repare um belo prato de almoço e calcule o preço do arroz e do feijão, essa mistura tão brasileira; da mandioca, do milho, da abóbora cozidinha. De sobremesa, tem doce de banana ou rapadura. Para digerir, café. Quanto vale cada um, para além do dinheiro que você paga por eles? E se você tivesse que plantar? Preparar a terra, plantar semente por semente, acompanhar o crescimento e, no tempo certo, colher. E se você pudesse também trocar? Plantar arroz e trocar um punhado por um tanto de feijão. Plantar o milho, e em troca receber batata-doce. Se fosse assim, quanto valeria o seu prato?

Há mais de 400 anos, as comunidades tradicionais do Vale do Ribeira, em São Paulo, vêm inventando seu jeito de viver e sobreviver: fazendo roça. Plantar, para eles, é mais do que produzir alimentos, é um modo de vida. É na terra que eles criam seus falares e cantares, suas comidas, seu sustento; que criam seus filhos, aprendem lições da natureza, entendem como funcionam as forças das águas e dos ventos; ali que nasce e cresce sua identidade cultural.

A região do Vale do Ribeira abrange a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira do Iguape, se estendendo pelo sudeste do estado de São Paulo até o leste do Paraná. Nessa região de grande diversidade biológica e cultural, convivem diversos povos indígenas e comunidades tradicionais quilombolas e caíçaras. Não por coincidência, é também ali que se concentra o maior trecho de Mata Atlântica preservada no Brasil. A Lei da Mata Atlântica, inclusive, permite o corte da vegetação original para o plantio de roças por essas populações que, por sua vez, também são protegidas por uma série de direitos garantidos constitucionalmente. Em 2018, o Iphan registrou os Sistemas Agrícolas Tradicionais Quilombolas do Vale do Ribeira como Patrimônio Cultural do Brasil, reconhecendo os saberes, os padrões de ocupação, as redes de sociabilidade, as relações de vizinhança, as práticas agrícolas, a organização do tempo e todo o complexo cultural das comunidades quilombolas, vividos em suas múltiplas dimensões nesse espaço, nessa terra.



Com isso, em 2008, essas lideranças criaram a **Feira de Trocas de Sementes e Mudas Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira**. Considerada uma estratégia de salvaguarda desses valores e modos de fazer, a ação tem como objetivo promover a socialização de diferentes materiais genéticos, visando a valorização da agrobiodiversidade, a garantia do território e a soberania alimentar. E isso acontece da maneira que os quilombolas sempre souberam fazer: na troca e na solidariedade.

“Tinham sementes de algumas comunidades que estavam se perdendo. Uma comunidade tinha e a outra não. Aí surgiu essa ideia de fazer uma feira de troca, porque eu tinha, mas outra comunidade não tinha, então trocava e passava a ter”, contou João Mota, quilombola da comunidade Nhunguara e um dos participantes da **Feira** desde a primeira edição. Ele nasceu ali e dedicou todos os seus anos à terra. Filho mais velho, começou a fazer roça aos oito anos. Com isso, nunca conseguiu estudar, mas diz que não se arrepende. Para Seu João Catá, como é conhecido, fazer roça é sinônimo de vida: uma vida vai embora, outras continuam; a planta tem de viver para dar o produto; quem come também recebe a vida. “Por isso que eu digo, a **Feira** para nós é uma vida”, celebra.



Acostumadas, desde sempre, ao apoio mútuo e ao trabalho coletivo, as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira foram então compreendendo a necessidade de se organizar institucionalmente e se adaptar aos novos contextos socioambientais, que incluem inúmeras políticas - da área de saúde, ao meio ambiente, até as questões fundiárias. Desse esforço, nasceram diversas associações, como a Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira (Cooperquivale). Foi também daí que se formulou o GT da Roça, grupo de trabalho e debates, que conta com importantes parceiros, como o Instituto Socioambiental (ISA). Dessas construções, vieram inquietações como a perda de variedades de sementes e a necessidade de viabilizar oportunidades de comercialização e geração de renda.



O plantio da Feira

Assim como plantar, o processo de produção do evento parece simples, mas é complexo. Uma vez ao ano, a **Feira de Trocas** é realizada, sempre na praça central da cidade de Eldorado (SP), normalmente em algum dos sábados do mês de agosto. Mas antes disso é preciso preparo e dedicação. E, claro, é preciso plantar para ter o que colher e, então, trocar. Cerca de três a quatro meses antes, as comunidades envolvidas iniciam o planejamento, que envolve logística, custos, participantes e produção. Esse processo fomenta a organização comunitária e o diálogo com seus parceiros e a comunidade em geral. É quando começam os debates sobre quais são os interesses dos povos quilombolas do Vale do Ribeira para aquele que é um dos momentos mais esperados do ano: a **Feira de Trocas de**

Sementes e Mudas Tradicionais. Atualmente, são 19 comunidades quilombolas envolvidas na organização, por meio do GT da Roça e representadas pela Cooperquivale, além de diversas outras que também circulam no evento.

A programação inclui também um seminário temático, que ocorre um dia antes, antecedendo o momento das trocas de produtos. Esse ano, por exemplo, em que se deu a 12ª edição da **Feira de Trocas**, incluiu o seminário *Sementes tradicionais e soberania alimentar*, além de três oficinas, tendo como temas as variedades tradicionais, os saberes da roça e a troca de saberes sobre sementes florestais. No grande dia, o trabalho começa cedo com a montagem das bancas e identificação dos produtos. Só então começa a feira em si, com as trocas de mudas e sementes e a realização de diversas apresentações culturais. O ano de 2019 contou, também, com lançamento de livro e atividades dedicadas às crianças nos dois dias, atraindo esse público para o que parece ser o futuro de suas terras. Foram cerca de 500 participantes, sendo 233 integrando também seminário e oficinas.

Além das trocas, que dão a base da **Feira**, os quilombolas ainda têm a oportunidade de vender seus produtos. Assim, atendem a uma demanda que nasceu dentro das próprias comunidades - que, em alguns momentos, nem tinham o que trocar - e, também, ampliam seu mercado para as pessoas da cidade. E, ainda, trocam conhecimento: ensinam o melhor jeito de plantar, receitas para esse ou aquele produto, e muitas outras dicas para melhorar o que a roça tem de melhor.

Outro momento muito esperado é o das refeições tradicionais. Durante o planejamento, as comunidades definem alimentos que podem doar para a **Feira de Trocas**. Na véspera, tudo isso é recolhido e vai para a panela, quando cozinheiras preparam as receitas tradicionais da terra, que são, então, apresentadas e saboreadas no almoço e no café da manhã. Tudo chega fresquinho e se transforma em um tremendo banquete: rapadura, bolo de cará, cuscuz de milho com banana da terra, paçoca de farinha de mandioca com carne seca, taiada, doce de banana, paçoca de amendoim, cuscuz de mandioca, patê de cará, bolo de mandioca... hum! Dá até fome!

Não resta dúvida, no entanto, que o principal efeito da **Feira de Trocas de Sementes e Mudas Tradicionais do Vale do Ribeira** é sentido ali: no apertar de mãos que trocam sementes e mudas tradicionais, que dividem conhecimentos e multiplicam a vida. É ali que os agricultores garantem o resgate de variedades alimentares que vinham se perdendo com o tempo, a segurança alimentar dessas comunidades e a continuidade de seu trabalho, tão fundamental para a agrobiodiversidade dentro e fora do Vale do Ribeira.





A criação do Paiol de Sementes, lançado na **Feira** de 2015 como um banco de sementes quilombolas, e o esforço para a retomada dos mutirões são outras estratégias de salvaguarda que vêm sendo utilizadas pelas comunidades tradicionais, a partir do sucesso crescente da **Feira de Trocas**. Recentemente, em 2018, o evento foi reconhecido pelo Prêmio BNDES-SAT's pelas boas práticas de salvaguarda e conservação da agrobiodiversidade. E, agora, pelo **Prêmio Rodrigo 2019**. Essas premiações acabam sendo parte fundamental da manutenção do evento, que custa em torno de R\$ 45 mil por ano, de modo que sua realização depende de editais, doações, patrocínios e outros recursos, como a venda de almoços e objetos (como bolsas e camisetas).

“Eu lembro quando eu tinha 20 anos, por aí. Eu trabalhava o dia inteiro no sol e não sentia o sol quente. Hoje, não tem quem aguente trabalhar assim, eu duvido que o cara consiga trabalhar o mês inteiro no sol quente! Eu fui entendendo isso e entrando nessa ideia de plantar muda. Porque eu vi a importância que tem: uma muda, para mim, considero como uma criança no berço. É uma coisa estranha de falar, parece conversa de doido, mas eu sei que com aquela muda, que eu considero como uma criança, eu estou tentando preservar uma vida.”

João Catá, do Quilombo Nhunguara, localizado no Vale do Ribeira (SP)



Colhendo para o futuro

Ao longo desses anos, a **Feira de Trocas de Sementes e Mudas Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira** só cresce. Além de ter ganhado o respeito e a confiança das próprias comunidades tradicionais, que participam cada vez mais, o evento também vem sendo reconhecido por diversos movimentos agroecológicos. Também a partir da **Feira**, foram realizadas importantes pesquisas que constatam a riqueza e a diversidade das espécies de sementes, sua importância alimentar para toda a região e fortalecidas as oportunidades de comercialização das cooperativas envolvidas. Para se ter ideia, só em 2009, por exemplo, os 84 produtores participantes exibiram 199 variedades de 78 espécies, segundo dados do ISA.

Como resultado também está uma relevante demanda dos quilombolas: a participação da juventude. Enquanto nos primeiros anos apenas os mais velhos participavam, nos últimos, houve uma ampliação de interesse dos jovens, atraídos pelo crescimento do evento e pelas oportunidades de negócio que ele oferece. A **Feira** passa a ser também parte de um processo que vem reparar um problema histórico de êxodo dos jovens quilombolas das roças do Vale do Ribeira, que partiam para as cidades em buscas de mais oportunidades e emprego. Seu João Catá conta que seus filhos saíram do Vale, mesmo tendo aprendido a fazer roça: "Tem isso, né? O jovem hoje pensa em trabalhar cedo e, de tarde, já quer saber quanto ganhou. E a cultura não é isso. Depende do tempo, tem de esperar. Então, para muitos não dá. Mas nós temos um trabalho aqui, de muitos anos atrás na enxada, explica o agricultor que, além de conhecer bem as sementes e a terra, sabe que o tempo é um componente indispensável para garantir a colheita e a troca entre as comunidades.







Inventário Participativo dos Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense

Da terra à mesa

“Tava na peneira
Eu tava peneirando
Eu tava no namoro
Eu tava namorando.”

Farinhada - Zé Dantas



Da terra à mesa

Se afinar bem o faro, dá pra saber: é o ponto certo da torra da farinha. Na dúvida, uma provinha na ponta dos dentes encerra a questão. O ritual não se inicia e, muito menos, se encerra aí. Antes, bem antes, é preciso plantar. Cuidar da terra, escolher o período certo de fazer a roça, ter paciência e preparar as ramas, reconhecendo cada uma das variedades da mandioca - essa iguaria tão brasileira, que tem nome diferente em cada um dos cantos do país. Em Santa Catarina é assim mesmo: **mandioca**, de onde se mata a fome, se tira sustento e se faz cultura.

Depois de arrancada da terra, a mandioca vira jogo e celebração. Nos capotes, disputa-se quem é que descasca mais rápido. Nas conversas, quem tem as

melhores histórias. Nas cantorias, quem faz o melhor verso. Só aí é que entra o trabalho delicado dos forneiros. Cada um deles tem seu método, assim como as variações da própria torra, que podem se alterar em cheiro, cor, textura e sabor, mas não devem, nunca, ficar xoxas ou queimadas. E aquela poeira fina e branquinha toma conta de tudo, de cada uma das tábuas, dos cochos, dos rostos e das teias de aranha lá no teto do engenho, como se fosse uma névoa cantarolando por todo o litoral catarinense que já é tempo de farinhada! Com a farinha pronta, a boca até saliva: dá para fazer beiju, cuscuz, cacuanga, bijajica, pirão de peixe. Para os mais espertos, nessa fartura toda, dá até tempo de namorar.



Para registrar essas práticas (agri)culturais, o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) orquestrou um trabalho que, já na origem, era feito coletivamente. Desde 2010, eles atuavam como Ponto de Cultura Engenhos de Farinha, a fim de valorizar e promover as práticas e saberes tradicionais ligados aos engenhos artesanais de farinha de mandioca por todo o Estado de Santa Catarina. Dessa articulação, formou-se então a Rede Catarinense de Engenhos de Farinha e, em meados de 2017, se consolidou um processo de construção de repertório e aproximação com o Iphan. Nele, todo o grupo se envolveu no aprendizado e aprimoramento de metodologias que permitiram a compreensão dessas famílias engenheiras não só como produtoras de farinha, mas produtoras de cultura e responsáveis pela salvaguarda de saberes, fazeres e de seu próprio território. Para isso, foi realizada uma forte mobilização, por meio de oficinas de sensibilização e educação patrimonial, em um caminho tão diversificado quanto as variedades da mandioca. O projeto **Inventário Participativo dos Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense**, vencedor do **Prêmio Rodrigo 2019**, é fruto desse plantio.

A produção familiar de farinha representou uma das principais atividades econômicas de Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX. Originada da mistura entre as culturas guarani, açoriana e africana, a tradição foi mantida pelas inúmeras famílias da região, que mantinham seus engenhos de farinha para a produção artesanal do alimento. Com a modernização, as normas sanitárias, as restrições ambientais e a especulação imobiliária, muitos desses engenhos foram deixando de existir pelo litoral catarinense, mas mantiveram-se nas memórias dos nativos, que, ainda hoje, reconhecem de longe os cheiros, sabores e saberes desse patrimônio agroalimentar e cultural da região. Outros engenhos, no entanto, ainda são engenhos vivos, atuando, ainda hoje, como verdadeiros focos de cultura, adaptando suas raízes e rendendo bons frutos.





Manter viva a cultura dos engenhos de farinha

A proposta de identificar e inventariar essas tradições surgiu com a vontade de preservar essa tradição de forma coletiva, a muitas mãos, assim como são feitas as farinhadas. A partir daí, foram realizadas visitas e encontros nas comunidades, oficinas de educação patrimonial, além do levantamento de dados sobre a produção de farinha, o potencial desses engenhos para a comercialização e para o turismo comunitário e sobre toda a dinâmica cultural em torno desse fazer. A ideia era inventariar uma história participativa dos engenhos de farinha, a partir das memórias e afetos de agricultores e agricultoras que moldaram os costumes regionais.

“A gente está tentando dar nome para o sentimento que é o amor pela cultura e tenta transferir isso para outros conceitos de Estado, como a política de Patrimônio Cultural.”

Giselle Miotto, coordenadora do projeto e integrante do Cepago

O projeto originou o *Mapa Cultural da Rede Catarinense de Engenhos de Farinha*, que identificou 88 engenhos ativos, distribuídos entre as cidades de Angelina, Bombinhas, Garopaba, Imbituba, Palhoça e a capital Florianópolis. Foram lançados ainda, o livro *Comida de Engenho*, com as receitas de diversos quitutes feitos de mandioca, e o documentário *EngenhoÉPatrimônio*, produzido com as comunidades farinheiras a partir da pergunta: quando se fala em engenho de farinha, o que vem à sua cabeça? Desse mesmo forno, também saiu o dossiê do pedido de Registro dos Saberes e Práticas Tradicionais Associados aos Engenhos de Farinha de Santa Catarina como Patrimônio Cultural do Brasil, entregue ao Iphan em maio de 2019.

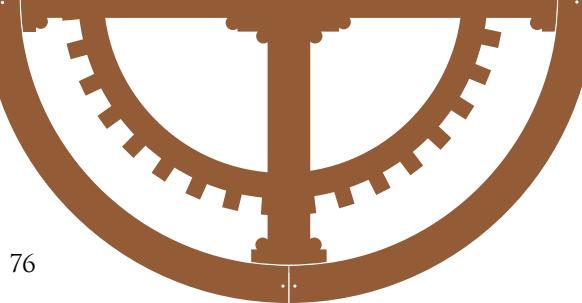


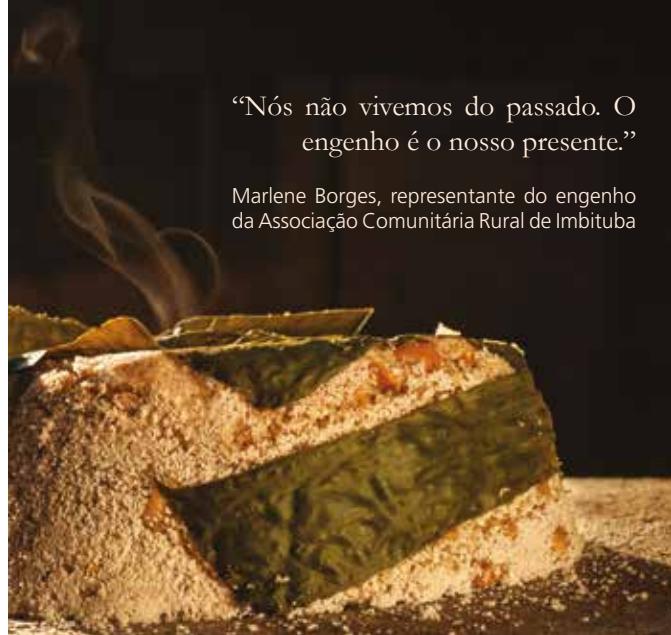
Muito além do levantamento de bens culturais, o projeto do **Inventário Participativo** resultou na articulação e mobilização de famílias engenheiras, pesquisadores, educadores, estudantes e gestores públicos. Segundo uma das coordenadoras do projeto, Giselle Miotto, diferentes abordagens poderiam ter sido escolhidas, mas a questão mais importante foi a compreensão de que o afeto conecta as pessoas. “Eles [farinheiros] iam nos encontros e viam que a gente estava ali para ouvir, para trocar. Viam que eles eram importantes, que o que eles estavam dizendo tinha valor e que o que eles fazem é maravilhoso! Então, isso criou uma rede de afeto muito grande, que é essa conexão de pessoas para que elas entendam que não estão sozinhas”, explica. “Se não tivessem essas pessoas e esse amor pelos engenhos, não teria Rede de Engenho, nem Inventário, nada disso. O maior resultado que eu vejo foi essa relação de afetividade e a consequente ampliação, renovação da Rede, gerando um fluxo de autonomia e apropriação do que já é deles.”

Marlene Borges é engenheira agrônoma e uma das fundadoras da Associação Comunitária Rural de Imbituba (Acordi), além de uma das lideranças da comunidade tradicional dos Areais da Ribeirânia, onde se localiza um engenho vivo e coletivo. Para ela, “inventariar o modo de saber fazer a farinha de mandioca e todos os produtos que saem de um engenho é fundamental, porque coloca em evidência uma cultura que corre o risco de extinção”. Em sua região, por exemplo, há cerca de dez anos, haviam 42 engenhos, número que, atualmente, restringe-se a 21, segundo o Mapa Cultural da Rede. Já em Florianópolis, dos 18 engenhos ativos na década de 1970, apenas dois seguem fazendo farinha. A comunidade que Marlene representa, inclusive, ainda hoje se mantém com a renda da produção farinheira.

Com o desenvolvimento do projeto, a equipe do Cepagro foi então colecionando histórias: da mestra forneira, que ia parar de fazer farinha, mas retomou as atividades depois do trabalho com a Rede e, atualmente, articula atividades junto às escolas de sua região; dos produtores e gestores de cidades diversas, que já se organizam de forma independente, inspirados no projeto do **Inventário Participativo** e agora estão apropriados de suas ferramentas e conceitos; dos jovens de regiões como Bombinhas, que percorreram juntos a caminhada do projeto e hoje participam e pensam estratégias para salvaguardar suas próprias tradições, atuando como multiplicadores e protagonistas desse processo. Essas são só algumas histórias. Outras tantas estão escritas nos campos, nos fornos, nos engenhos, em toda a farinhada!

Buscar soluções para a comercialização foi um dos desafios enfrentados no projeto. Alguns dos engenhos vivos levantados pela pesquisa são utilizados como espaço de encontro e celebração, mas não são, necessariamente, geradores de renda para a família. No entanto, vários outros são ainda fonte de subsistência, representando parte importante da renda dos grupos envolvidos e precisam, portanto, encontrar mercados consumidores adequados a esse tipo de produção. “Uma coisa é certa: para que os engenhos possam se manter, além da importância enquanto Patrimônio Cultural, a questão da viabilidade financeira é essencial. Tem que ter uma união desses valores, principalmente com a juventude, para que eles entendam que essa produção é interessante e importante para eles”, explica Giselle Miotto, do Cepagro.





“Nós não vivemos do passado. O engenho é o nosso presente.”

Marlene Borges, representante do engenho da Associação Comunitária Rural de Imbituba

Apesar de não ficarem presos no passado, as saudades existem, ainda assim, nos engenhos de farinha vivos ou nos de memória. E existem porque a saudade é filha das trocas, das sociabilidades, dos cheiros. Dá saudade do barulho do carro de boi, dos ritmos, dos sabores, dos risos de vó ou vô trabalhando no engenho. E é esse mesmo sentimento quem dá espaço para que as famílias e comunidades farinheiras também aprendam e construam seus conceitos de identidade cultural e pertencimento, colocando uma pitada desses recursos na receita de suas tradições. O reconhecimento do **Prêmio Rodrigo 2019** vem para estimular essa discussão e, sobretudo, fortalecer o trabalho da Rede Catarinense dos Engenhos de Farinha, conforme concordam Giselle e Marlene.

Nos aromas, na textura e no paladar, as gerações foram apreendendo o ponto exato da torra da farinha. Da mesma forma, as comunidades farinheiras seguem aprendendo e resistindo. Pelos próximos invernos, período onde se realizam as farinhadas, o **Inventário Participativo dos Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense** segue como importante registro dos saberes, brincares, cantares e sabores dessa tradição que põe comida na mesa.





TECENDO MEMÓRIAS CANTOS E CANTOS

REGISTRO DAS HISTÓRIAS DE
TRADIÇÃO ORAL DOS IMIGRANTES
ITALIANOS NO RIO GRANDE DO SUL

MEMÓRIAS TECIDAS NO VERBO

“Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces.
Recomeça.
Faz de tua vida mesquinha
um poema.
E viverás no coração dos jovens
e na memória das gerações que hão de vir.”

Aninha e suas pedras, Cora Coralina



MEMÓRIAS TECIDAS NO VERBO



Bem ao Sul do Brasil, existe uma cidade chamada Antônio Prado. De grandes ladeiras, muitas flores e inúmeras casinhas coloridas de madeira, essa cidade alegre é feita de gente que conversa em um sotaque diferente e muito bonito. Nesse recanto no meio da Serra Gaúcha, existe também um homenzinho chamado Sanguanel. Baixinho e vermelho, ele usa roupas igualmente vermelhas e é conhecido por ser muito, mas muito perverso! As pessoas daquela cidade arregalam o olho ao falar dele: “é como o diabo!”, dizem. Contam que o Sanguanel aproveita a noite para montar nos cavalos e cavalgar longamente. Mas até os bichos sentem medo e, por isso, quando já é de manhã, os moradores encontram seus cavalos suados e cansados de tanto correr, com as crinas todas trançadas. Também dizem que o Sanguanel adora quando uma criança se afasta de casa, pois aproveita para roubar a pobrezinha, levando-a para a mata, bem longe dos pais, avós e irmãos.



"Ele existe, eu mesma vi", contou Maria Baccarin. Aos 87 anos, sentada em sua cozinha, ela gesticula os braços e ajusta bem o tom da voz para contar histórias como a de *Pierin Piereto* ou a da *menina Catarinela*. Com elas, passa medo, ensina lições e faz rir, enquanto a narrativa vai variando, delicadamente, entre o Talian e o Brasileiro, que é o jeito que muitos dos pradenses chamam a Língua Portuguesa. O Talian, por sua vez, não é o mesmo que a Língua Italiana. "É só cortar um pedacinho do italiano, que fica talian, tá vendo?", relatou Virgínio Bortolotto, mais conhecido como Seu Nilo, cintilando os olhos claros ao reavivar inúmeras memórias dos seus 91 anos. No alpendre de sua casa, ele vai relembrando e contando, entrelaçando sua própria vida com a de outro protagonista, o *Nanetto Pipetta*. Não longe dali, mora a professora Marta Graziotin, que dentro e fora da sala de aula esteve sempre acompanhada dessas narrativas. Aprendeu com o avô, que era cesteiro, e logo passou a reproduzir ela mesma essa fina trama do contar: "Tenho 69 anos. Imagina! Naquele tempo eu tinha no máximo 8, mas as histórias ficam na minha memória. E, até hoje, em momentos de raiva, eu penso: *Trúculo, Dai!*".

A professora Marta, Seu Nilo e Dona Maria são alguns dos personagens que dão vida ao projeto **Tecendo Memórias, Contos e Cantos**. Eles nasceram, cresceram e vivem em Antônio Prado, ouvindo e contando histórias e ajudando a preservar a memória de seus antepassados, imigrantes italianos que vieram para o Brasil e trouxeram consigo não só os saberes e fazeres da terra, uma enorme força de trabalho e uma importante tradição cultural europeia. Na mala, vieram também as suas formas de conviver e ensinar; os jeitos de falar, de dançar e cantar; as artesarias e os doces; e dezenas de histórias, vividas ou inventadas, mas que, sobretudo, estão ainda hoje vivas. O que eles contaram, seus filhos recontam, os netos e bisnetos recontam e, assim, vai se costurando um trançado de memórias transmitidas na oralidade.

O Talian é uma das autodenominações para a língua de imigração falada no Brasil na região de ocupação italiana, sobretudo no nordeste do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo. Sua origem linguística é o italiano e os dialetos falados principalmente nas regiões do Vêneto, Trentino-Alto e Friuli-Venezia Giulia e Piemontes, Emilia-Romagna e Ligúria. Desde 2014, a língua é reconhecida pelo Iphan como Referência Cultural Brasileira e está inserida no Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL). É também conhecida como a língua dos nonos, em referência aos avós.



UM PERCURSO CUIDADOSAMENTE COSTURADO

Foi também seguindo essa trama que a professora e psicopedagoga Neusa Stimamiglio concebeu seu projeto, agora vencedor do **Prêmio Rodrigo 2019**. Durante toda a vida, ela percebeu a forte herança da imigração, ouvindo o Talian e vendo, lá do alto de sua casa, o cenário daquelas histórias sendo preservado nas ruas e no casario da cidade que se orgulha em ser conhecida como *a mais italiana do Brasil*.

Com sua formação e atuação profissional, foi então mergulhando fundo na preservação das referências culturais desses descendentes de imigrantes italianos, desde sua primeira pesquisa, há 30 anos - quando estudou as influências da língua materna no processo de alfabetização - até a pesquisa de Mestrado, que

trabalhou pelas narrativas e lembranças das infâncias vividas em Antônio Prado. Desse percurso, nasceram então dois projetos: os livros *Bordando Sonhos I e II* e, agora, o Tecendo **Memórias, Contos e Cantos**. Nele, Neusa reúne muito do aprendeu até aqui, compreendendo que as memórias são fundamentais para que as histórias sigam através do tempo e do espaço e que são essas histórias que movem a vida - como ela afirma e reafirma ao longo do livro.



“Eu cito Gonzaguinha, que diz que ‘o homem se humilha, se castram seus sonhos; seu sonho é sua vida, e vida é trabalho’. Esse Prêmio é o reconhecimento de um percurso de muito trabalho. E como diziam meus ancestrais: a colheita deve ser comemorada! Essa é a celebração da colheita. É uma realização de vida, que eu queria dedicar a todas as mulheres imigrantes e descendentes de italianos que, com seus saberes e fazeres vividos no espaço cotidiano, tiveram e têm um papel fundamental na preservação do Patrimônio Cultural.”

Neusa Stimamiglio



O **Tecendo Memórias** se propõe a resgatar as histórias de tradição oral contadas para as crianças e que são relatos e retratos da cultura de imigração italiana, que atravessaram oceanos e gerações. Para isso, Neusa coletou parte dessas memórias em entrevistas com moradores como Marta, Dona Maria e Seu Nilo, transformando-os em personagens de uma nova narrativa: um livro que apresenta dez contos infantis em Português e em Talian, acompanhados de ilustrações, bordados e de um projeto musical, refazendo esses caminhos em cores e sons e ampliando as trajetórias do projeto para outros segmentos culturais.



Um rico detalhe está na composição do livro. São dois volumes que formam a publicação: *O Percurso*, que retrata a trajetória do projeto e sua autora; e *Contos e Cantos*, com as histórias em si. Metades, eles se encontram em complementaridade, formando essa rede de memórias. O bordado circular que ilustra a capa representa estas memórias, que giram por uma infinidade de pontos, mas estão sempre novas, sempre em reconstrução. A pesquisadora explica que, na tradição oral, uma história nunca é contada duas vezes do mesmo jeito. Assim, abre-se o espaço de criação que é o próprio contar. No fim da linha, uma agulha e um bordado ainda inacabado mostram que o **Tecendo Memórias** não termina ali, mas se abre em possibilidades. Ele deixa de ser apenas livro para ser também um projeto de educação patrimonial e de preservação do Patrimônio Cultural, seguindo para as casas e para as escolas, para que, a partir daí, se contem outras histórias. “É um começo, um ponto de partida para dizer que isso é importante e tem valor, que essas histórias merecem ser narradas”, garante Neusa.

Como no caso da *Princesa Enfeitiçada*, que quase se confunde com a tão conhecida história da *Rapunzel*, os contos retratados no projeto muitas vezes se assemelham a vários outros, existentes em diversas culturas e presentes no imaginário coletivo. São temáticas do humano, como explica Neusa, mas sempre trazendo lições de forma singela. No entanto, o que muda e encanta no **Tecendo Memórias** são os jeitos de contar, que remetem às características e modos de vida da Itália, trazendo nomes e expressões que se fortalecem e, com isso, não caem no esquecimento.

Durante o desenvolvimento do projeto, Neusa também confirmou a forte relação entre os fazeres manuais e a contação de histórias. As mães e avós, enquanto bordavam, cozinhavam e costuravam, iam contando sobre bruxas, princesas, objetos enfeitiçados e meninos arteiros, e ponto a ponto, tempero por tempero, iam também reunindo, entretendo e educando as crianças. Era também em encontros sociais, como os filós, que se falava sobre os fatos cotidianos, a vida familiar, o trabalho, mas também sobre as histórias dos antepassados e de personagens como *Bepi Tchampam*. Assim, cada um dos contos ganhou a mistura de cores do trabalho da arte-educadora Evelyn Postali, e depois cada um deles foi bordado à mão, num emaranhado de centenas de pontos da artesã Luiza Schicora, valorizando o fazer artesanal e os modos de vida dos descendentes de imigrantes. As histórias contadas ganharam então tradução do professor Darcy Luzzatto e versões cantadas do *cantautor* italiano Pierangelo Tamiozzo, preservando e registrando o Talian, reforçando a ponte entre Brasil e Itália e ampliando as formas de contar e vivenciar tantos desses traços culturais.

Nesse complexo tecido, o fio condutor passa a ser a arte. “Arte para mim é o caminho do sensível. É a maneira mais sensível de você humanizar alguém”, afirma Neusa. “A arte é um espaço de expressão e, quando isso existe, existe também um espaço de criatividade, do pensar, do lúdico.” Por meio do projeto e de suas diversas dimensões, preservam-se as histórias, mas também os saberes e fazeres que constituem uma parte importante da identidade cultural no Rio Grande do Sul.



Segundo Seu Nilo, os **filós** eram “encontros de amizade”. Tradicionais reuniões dos imigrantes italianos, eles eram momentos sociais de encontro e troca, de compartilhamento e, claro, de música e contação de histórias. Nessas ocasiões, eles contavam sobre o cotidiano, discutiam problemas e soluções, buscavam conselhos. Por isso, os filós eram considerados os principais momentos de troca social, para além do convívio familiar. Foi nesses encontros que muitos dos personagens do **Tecendo Memórias** ouviram alguns dos contos trabalhados no projeto pela primeira vez.

“A memória é um cabedal infinito do qual registramos um fragmento. [...] Continuando a escutar, ouviríamos o outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso escutar o infinito.”

Memória e Sociedade: Lembranças de velhos, de Ecléa Bosi



Sanguanel: história de um homenzinho vermelho, descrito como o diabo e que vivia aprontando maldades;

Catarinela: conto sobre uma menina que atravessa sozinha o bosque pelo desejo de comer bolinhos e acaba sendo perseguida pela bruxa;

Nanetto Pipetta: história sobre um jovem italiano que fugiu de navio para o Brasil, com a ambição de ganhar dinheiro sem muito esforço;

Princesa Enfeitiçada: conto sobre uma linda princesa de cabelos longos e ondulados, que se transforma depois de um feitiço da bruxa invejosa;

Bepi Tchampan: conto relata a história de um jovem agricultor que tinha o sonho de voar;

Pierin Piereto: história de um menino que fugiu da escola para comer peras, mas teve uma desagradável surpresa durante seu passeio na floresta;

Trúculo, Dai!: conto sobre um menino muito pobre que consegue resgatar sua vaquinha graças a um trúculo enfeitiçado.

Todos eles são parte do projeto **Tecendo Memórias**, e das histórias de tradição oral dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul.

COMISSÃO NACIONAL

COMPROMISSO COM
OS BENS CULTURAIS
DO BRASIL

Na imensidão do Brasil, inúmeras tradições, formas de expressão e manifestações culturais constroem o modo de ser e de fazer dos povos que fazem a Nação brasileira tão diversa e rica. Prestigiar as ações que ajudam na proteção e promoção do Patrimônio Cultural do país é uma missão que envolve muita dedicação e comprometimento.

É nesse sentido que a Comissão Nacional de Avaliação do Prêmio Rodrigo desempenha um papel de extrema relevância para a promoção dos bens culturais brasileiros. Responsável pela seleção dos trabalhos premiados, a comissão é formada por 20 profissionais do campo do Patrimônio Cultural, por representantes de instituições públicas e da sociedade civil, experientes, qualificados e envolvidos em caráter permanente com a produção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Kátia Bogéa

historiadora, especialista em Historiografia Brasileira e Regional pela Universidade de São Paulo, servidora de carreira do Iphan, instituição da qual é presidente desde 2016. É também presidente da Comissão Nacional de Avaliação do Prêmio Rodrigo.

Marcelo Brito

arquiteto e urbanista, doutor em Gestão Urbana pela Universidade Politécnica da Catalunha, em Barcelona, Espanha. Possui pós-doutorado pela Universidade Complutense de Madri, com pesquisa sobre Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento. É diretor do Departamento de Cooperação e Fomento do Iphan.

Ana Lucia Abraham

arquiteta e urbanista, mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. É professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Nilton Lins, em Manaus, e arquiteta do quadro permanente da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos da Prefeitura de Manaus.

Andréia da Silva Moassab

arquiteta e urbanista, doutora em Comunicação e Semiótica, é professora do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Andrey Rosenthal Schlee

doutor em Arquitetura e Urbanismo e professor titular da Universidade de Brasília. É diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan.

Ângela Mania de Souza

doutora em Antropologia Social e professora do curso de Antropologia e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Antônio Carlos Motta de Lima

doutor em Antropologia Social e Etnologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, na França. Possui pós-doutorado pela Universidade de Oxford, Estados Unidos. É professor titular da Universidade Federal de Pernambuco e membro titular do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Beatriz Valladão Thiesen

doutora em História com ênfase em Arqueologia, professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no curso de Bacharelado em Arqueologia.

Carla Maria Teixeira Coelho

doutora em Arquitetura e Urbanismo, tecnologista da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, onde também é docente do Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde.

Claudia Rodrigues Ferreira de Carvalho

arqueóloga, doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, professora adjunta do Setor de Antropologia Biológica do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Diretora da Casa da Ciência e coordenadora do Núcleo de Resgate do acervo do Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

Danillo Barata

doutor em Comunicação e Semiótica, diretor do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, onde também é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Também é professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais na Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia.

Fernanda Bittencourt Vieira

doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental em exercício no Departamento de Cooperação e Fomento do Iphan.

Flávia Maria Silva Rieh

doutora em Antropologia Social e professora associada da Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

José Reginaldo Santos Gonçalves

pesquisador do CNPq, doutor em Antropologia Cultural, professor titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro titular do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Marcos Olander

doutor em Arquitetura e Urbanismo e professor associado da Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais.

Maria da Graça Ramos

doutora em História da Arte pela Universidade de Barcelona, na Espanha, e curadora de arte independente.

Natália Guerra Brayner

mestre em História e coordenadora de Apoio aos Bens Registrados, no Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan.

Nilcemar Nogueira

doutora em Psicologia Social, fundadora e diretora executiva do Centro Cultural Cartola.

Patrícia Martins

doutora em Antropologia Social e professora do Instituto Federal do Paraná, onde atua como coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Paulo César Garcez Marins

doutor em História Social e professor do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

Robson Antônio de Almeida

arquiteto e urbanista, diretor do Departamento de Projetos Especiais do Iphan.

Vera Lúcia Mangas da Silva

historiadora, doutoranda em Memória Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e chefe de gabinete da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.



Esta revista foi composta com a família da fonte Frutiger, corpo 11, entrelinha 16,5. Impresso em papel couché fosco 115g, em 4 cores, pela Ideal Gráfica e Editora. Tiragem de 3.000 exemplares.



